



BOLETIM DEPE

Dezembro de 2023



PUC-SP

Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política
Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica
Ano VIII, número 54



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica	2
IBC-Br	2
Indústria.....	4
Serviços.....	7
Mercado de Trabalho	10
Crédito	15
Sistema Financeiro Nacional	15
Internacional.....	21
Geopolítica.....	24
Economia Solidária.....	39
Cesta Básica.....	39
Cesta Básica de Novembro de 2023	39
Microcrédito.....	41
Redação: Boletim DEPE, Ano VIII, n. 54.	42
Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP	42



Brasil: Atividade Econômica

IBC-Br

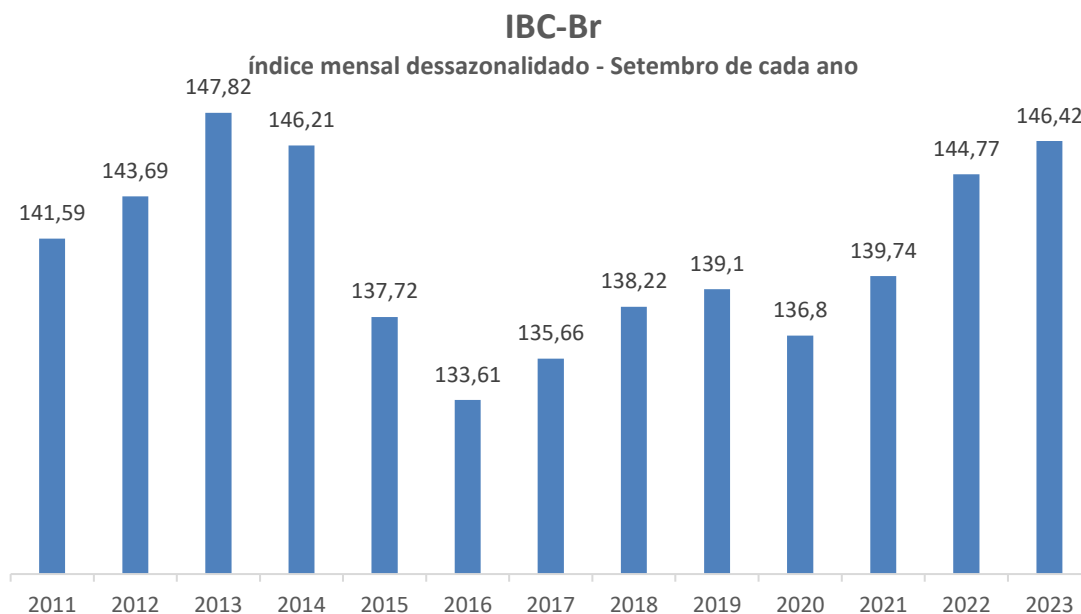
O IBC-Br de Setembro, destacando os dados dessazonalizados, apresentou retração (-0,06%) pelo segundo mês consecutivo (-0,81% na passagem de agosto), algo que não se via desde agosto de 2022.

Com isso a variação do indicador na passagem do trimestre ficou em -0,64%, já com relação ao mesmo trimestre do ano anterior vemos um avanço de 0,99%. Destaca-se também o acumulado ao longo do ano de 2,80% e em 12 meses em 2,57%, o que evidencia que estimativas de que a economia deva crescer entre 2,50% e 3,00% em 2023 se tornam cada mês mais factíveis.

	Observado	Dessazonalizado
Setembro23/Agosto23	-4,37%	-0,06%
Setembro23/Setembro22	0,32%	1,14%
Trimestre/trimestre	1,37%	-0,64%
Trimestre/trimestre ano anterior	0,78%	0,99%
No ano	2,77%	2,80%
12 meses	2,50%	2,57%

Fonte: Banco Central. Elaboração: DEPE

O índice de setembro (146,42 pontos) é o maior para o mês desde 2013, e o 4º ano consecutivo de alta desde 2020, evidenciando que a economia brasileira segue em trajetória de retomada da sua atividade fortemente abalada pela recessão de 2015/2016 e posteriormente a pandemia de 2020. Abaixo o gráfico com os dados mencionados:



Pelo último Boletim FOCUS, a mediada das expectativas do mercado apontam para um crescimento da economia brasileira em 2023 de 2,84% e 1,50% em 2024, o que seria abaixo da média histórica do Brasil pós plano Real. Lembrando que em 2024 com o Novo Arcabouço Fiscal e a busca incessante do Ministro da Fazenda pelo déficit zero dobram-se as apostas de que o crescimento será pautado pela continuidade do relaxamento da política monetária, completamente restritiva ainda, e pelo bom humor causado nas expectativas dos agentes econômicos sem déficit primário.

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



Indústria

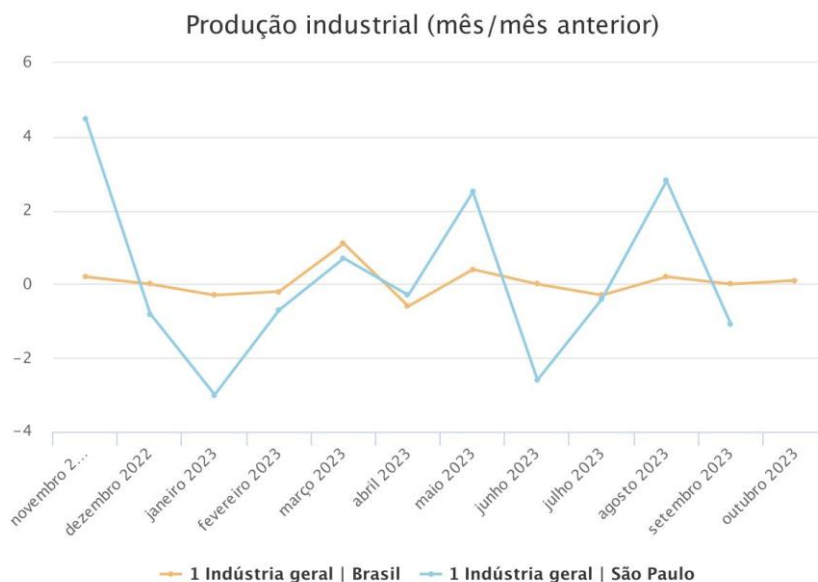
Durante todo o ano de 2023 discutimos aqui nesta seção o acompanhamento mês-a-mês do indicador. Para concluirmos o ano, esta seção pretende fazer um balanço do mês de 2023.

Em 2023, o desempenho do setor industrial dificilmente pode ser categorizado como satisfatório. Hoje, é extremamente desafiador analisar o setor industrial com perspectivas de crescimento positivas que possam estar mudando o cenário atual. Problemas crônicos (e clássicos) da produção brasileira como: a especialização da pauta exportadora em produtos com baixo valor agregado e a forte introdução e competitividade de produtos industrializados estrangeiros no mercado brasileiro reforçam a dificuldade que é crescer os manufaturados nacionais e, até de retornar a patamares já experimentados!

De qualquer forma, ainda é possível apontar que existe, indiretamente, uma tendência ao consumo de produtos internacionais por uma baixa valorização (e histórico) das manufaturas nacionais, especialmente para o consumo de eletroeletrônicos e bens de capital. Além da dominância de mercado de empresas multinacionais já consolidadas e, com fator altíssimo de competitividade, o “behavior” do consumidor brasileiro tende a consumir produtos cujo a fabricação e a confiabilidade já foi experimentado.

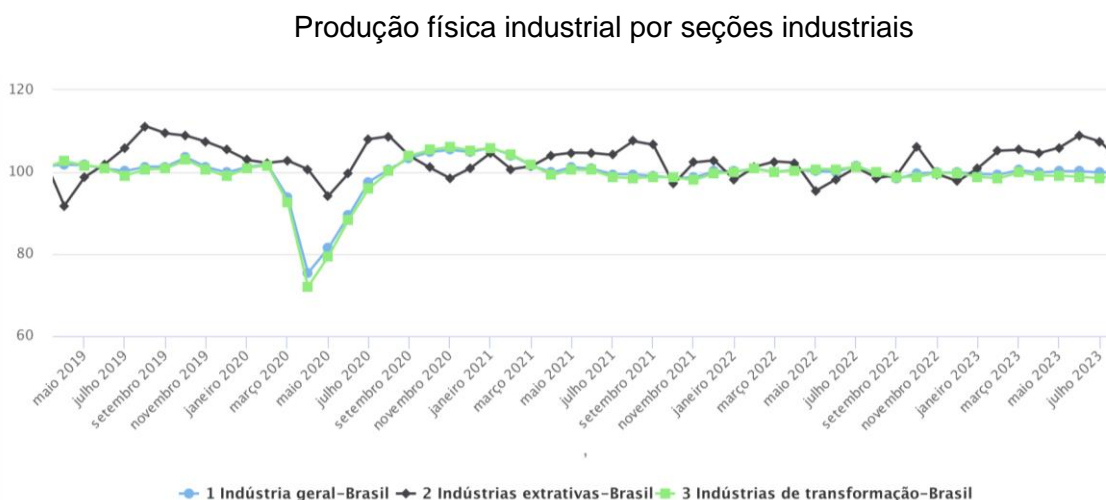
Dito isso, os pontos ressaltados acima são apenas alguns que deprimem as expectativas de consumo e de investimento no setor industrial brasileiro com seus impactos sendo bastante significativos (isto sem discutir o desempenho dos preços macroeconômicos: juros, câmbio, salários, inflação e lucro). Dos impactos, podemos dizer que os mais significativos são a redução da renda agregada, o saldo negativo na balança pagamentos e a redução da participação da indústria no Produto.

Os resultados apresentados na PIM de novembro consolidam a breve discussão acima, com bastante destaque para a variação de 0,1% entre o mês de outubro/novembro, acumulado do ano de -0,04% e variação dos últimos 12 meses também em 0,01%. Outro ponto negativo é que nos encontramos -1,6% abaixo do nível industrial pré-pandemia e 18,1% abaixo do ponto mais elevado da série histórica (2011).



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física

Com o gráfico acima, podemos verificar que o desempenho do setor industrial tem variado em torno de 0%. O Estado de São Paulo, que pode ser utilizado como uma proxy para a PIM, também apresenta um resultado pouco significativo em média, sendo pouco provável verificar uma tendência positiva.



As medidas implementadas ao longo do ano de 2023, especialmente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com uma guinada para buscar elevar a significância do setor industrial possuem um tempo de maturação significativo e, podem ter sua eficiência discutida conforme o detalhamento dos objetivos anuais.

Contudo, este ano teve um teor moderado frente as políticas industriais, com foco em fechar parcerias comerciais e sinalizar um planejamento. O MDIC anunciou que no mês de dezembro irá apresentar seu plano para o que está sendo chamado de “Nova Política Industrial”. Porém, alinhar as políticas e expectativas do Ministério do Desenvolvimento e da Indústria depende de um



planejamento que seja maior do que a endogeneidade e o trabalho que um Ministério sozinho pode fazer, sendo necessário a integração, sinalização e objetivos que serão desenvolvidos.

Para 2024, é pouco provável que o setor “deslanche” ou supere 2023 com folga, com algumas expectativas de mercado apontando para 1% em média para a PIM em 2024. Este cenário não supera o pré-pandemia, sendo então, pessimista para a indústria no ano que vem.

Emerson Braz – Economista pela PUC/SP



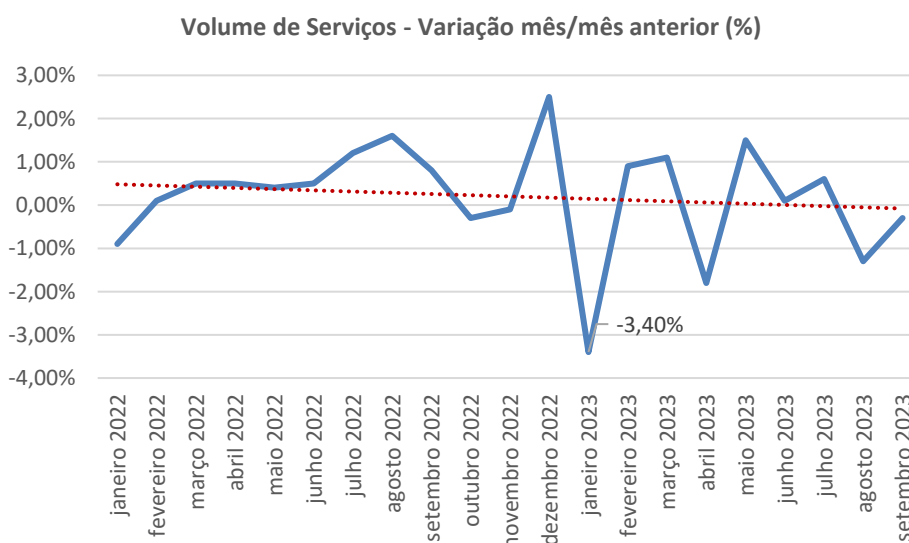
Serviços

Em função do aquecimento da economia e da retomada de todas as atividades, pode-se interpretar que o desempenho de 2023 não teve vestígios do pós-pandemia, ou seja, os efeitos de retração em serviços – empresa mais impactada pela crise – não pode ser mais atribuído à medidas de contenção.

No que tange à ótica do PIB, serviços foi um dos setores que puxou para cima os bons resultados do terceiro trimestre de 2023, superando expectativas para o PIB, com um crescimento de 2,0% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Apesar do peso positivo no desempenho, Serviços expressou, no resultado do PIB, a segunda maior variação, com 1,8% na mesma base de comparação, ficando atrás da Indústria com 8,8% tri contra tri do ano anterior. Ainda na comparação tri/tri ano anterior, as atividades de Serviços com maior força nos resultados foram Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (7,0%) e Atividades Imobiliárias (3,6).

Apesar de animadores, os resultados positivos são destaques sobretudo pela base de comparação do ano passado que era de uma economia mais morna, quase fria. A economia nacional e internacional enfrenta crises e mudanças estruturais que penalizam sobretudo as economias em desenvolvimento.

Serviços tende a ter volatilidade, observado no gráfico do Volume de Serviços variando mês contra mês imediatamente anterior, com maior guinada nos meses de férias escolares, onde as atividades de serviços movimentadas pelo turismo acabam tendo mais força ante outros setores. Ademais, os meses festivos, como novembro-dezembro tem seu peso puxado pelas atividades aquecidas do comércio.



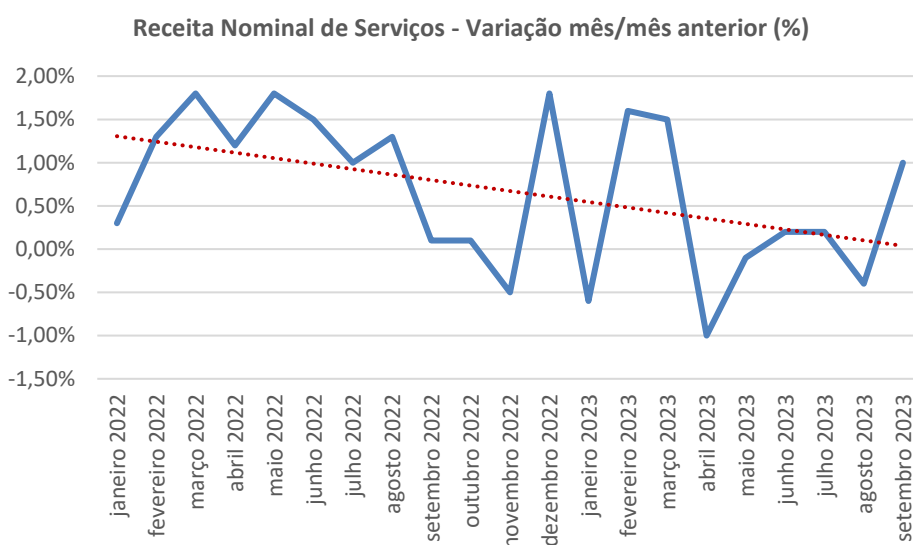
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

O começo de 2023 parece não ter seguido a tendência de bom desempenho em meses de



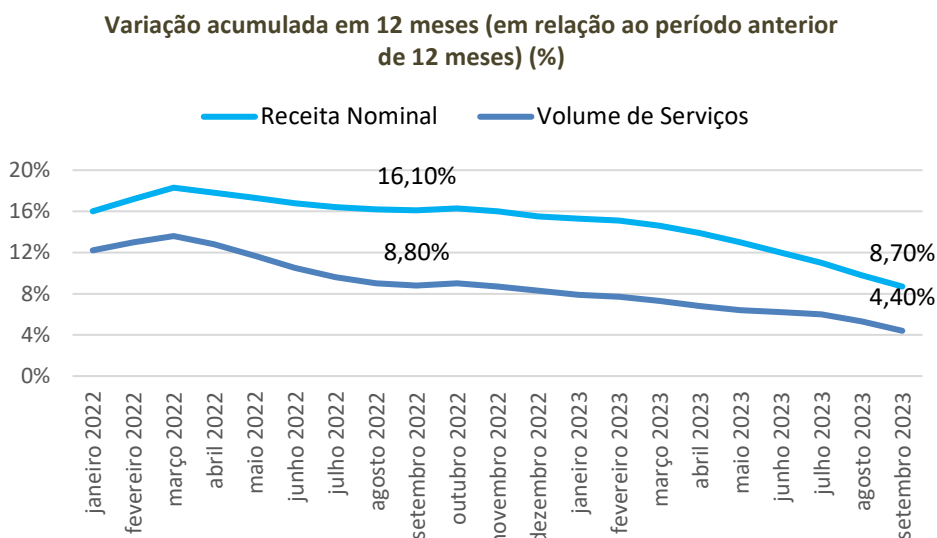
férias, tendo sido marcado com maior volatilidade nos mês contra mês, como pode ser visto no resultado negativo (-3,4%). Ainda, a tendência do setor foi de uma queda suave, o que penaliza a economia, uma vez que Serviços tende a ser o setor com maior volume e capacidade de empregos ofertados. Para os próximos resultados da PMS, espera-se que a subida observada em setembro se perpetue, mesmo com alguma queda, em função do aquecimento do comércio e turismo sazonal do final de ano.

Na mesma base de comparação a receita nominal do setor também demonstrou uma tendência, ainda mais expressiva que em volume, de arrefecimento ao longo do ano, conforme gráfico abaixo.



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

Pela ótica da variação acumulada 12 meses em relação ao período anterior de 12 meses, tanto Receita Nominal quanto Volume de Serviços demonstram uma tendência de queda (vide gráfico abaixo). Em setembro de 2022 a variação era de 16,1% para Receita Nominal e 8,8% para volume, ao passo que no mês de setembro 2023 os respectivos resultados foram de 8,7% e 4,4%.



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

Apesar do desempenho com uma tendência de queda, o setor foi capaz de compor o segundo maior no que tange ao produto da economia, ficando como coadjuvante, uma vez que a indústria demonstrou crescimento surpreendente em 2023.

Para o Banco Central, essa tendência de desaceleração pode ser entendida com uma “vitória” para o combate da inflação, que indica cenário cada vez menos altistas. E, é reiterado que a superação por completo de um pós-pandemia que desregulou alguns padrões, reflete no comportamento dos agentes e mercados.

Estima-se que com as atuais quedas e, as possíveis próximas, nos juros, serviços poderá, nos próximos momentos, continuar sendo coadjuvante na composição do PIB, uma vez que setores, como Indústrias tende se beneficiar mais da queda nos juros. Os meses de novembro/23 e dezembro/23 serão um termômetro para entender se a caída do desempenho do serviços foi efeito das políticas econômicas e do ajuste do mercado frente à completa normalidade, ou se será um indicador de arrefecimento nas atividades do setor como um todo.

Gabriela Fioretti – graduanda em ciências econômicas pela PUC/SP



Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Conforme informações divulgadas pelo Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em outubro de 2023, foi registrado saldo de 190.366 (resultado de 1.941.281 admissões e 1.750.915 desligamentos).

No saldo acumulado do ano, temos 1.784.695 mil postos de trabalho formais, distribuídos por setor econômico, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Saldo de empregos acumulado por setor de atividade (jan a out/2023)

Agropecuária	109.698
Industria	251.111
Construção	253.876
Comercio	193.526
Serviços	976.511
não identificados	-27
Total	1.784.695

Fonte: Novo Caged.

No recorte regional, o saldo foi distribuído da seguinte forma: Sudeste (+871.155), Sul (+274.162), Centro Oeste (+204.892), Norte (+122.205) e Nordeste (+308.601).

Tabela 2 - Saldo de empregos acumulado por região (jan a out/2023)

Norte	122.205
Nordeste	308.601
Centro Oeste	204.892
Sul	274.162
Sudeste	871.155
*Não identificados	3.680
Total	1.784.695

Fonte: Novo Caged.

Em outubro de 2023, o estoque total registrado e de 44.229.120 vínculos formais.

Características principais do saldo de empregos formais:

- Homens 1.063.067 (59,56%) e mulheres 721.631 (40,44%)
- Faixa etária de 18 a 24 anos, independentemente do gênero (1.091.144 ou seja 61,13%)
- Escolaridade ensino médio (1.346.135 ou seja 75,42%)

O salário médio de admissão, em outubro/23 foi de R\$ 2.029,33 (variação negativa de 0,25%
Ano VII, número 54
Dezembro/23



em relação ao mês de setembro).

PNAD CONTÍNUA

Mercado de Trabalho

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de agosto, setembro e outubro de 2023, apresentados na tabela 1, o número de desocupados atingiu cerca de 8,2 milhões de pessoas, redução de 261 mil pessoas (3,1%) em relação ao trimestre imediatamente anterior, e queda de 763 mil pessoas (8,5%) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior. A taxa de desocupação ficou em 7,6%, redução de 0,3 p.p. sobre o trimestre anterior, e 0,7 p.p. na comparação com 2022.

No trimestre móvel terminado em outubro de 2023 houve acréscimo de 600 mil pessoas na força de trabalho (0,6%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2022 há redução de 219 mil pessoas (-0,2%). A população fora da força de trabalho reduziu 0,3% (261 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o ano anterior há aumento de 1,7 milhões de pessoas (2,7%).

A população ocupada aumentou 0,9% ou cerca de 862 mil pessoas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, crescimento foi levemente menor, 0,5%, cerca de 545 mil pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2022. O total de pessoas desalentadas reduziu 17,7%, cerca de 740 mil pessoas, na comparação com o mesmo trimestre de 2022, e 6,0% em relação ao trimestre móvel imediatamente anterior.

O resultado do quadro geral de melhora no mercado de trabalho também pode ser visto com a redução da população subutilizada, formada pelas pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência e horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial, que teve redução de mais de 2,6 milhões de pessoas, ou 11,6% em relação ao mesmo trimestre de 2022. Já em relação ao trimestre anterior a redução é bem menos expressiva, 1,4% ou 284 mil pessoas.

Tabela 1: Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Brasil – Agosto, setembro e outubro de 2023

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set-out 2022	jul-ago-set 2023	ago-set-out 2023	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	108.684	107.865	108.465	0,6	600	-0,2	-219
Ocupadas	99.661	99.344	100.206	0,9	862	0,5	545
Desocupadas	9.022	8.520	8.259	-3,1	-261	-8,5	-763
Fora da força de trabalho	64.903	66.870	66.641	-0,3	-229	2,7	1.738



Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	5.989	5.156	5.443	5,6	287	-9,1	-546
Na força de trabalho potencial	7.668	6.649	6.340	-4,6	-309	-17,3	-1.328
Desalentadas	4.181	3.660	3.440	-6,0	-220	-17,7	-741
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	22.679	20.326	20.042	-1,4	-284	-11,6	-2.637

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, o empregado no setor privado com carteira assinada apresentou o maior crescimento, 620 mil pessoas (1,7%). O segundo melhor desempenho foi do trabalhador por conta própria, 317 mil pessoas (2,1%). Apenas o emprego no setor público e o trabalho doméstico tiveram retração de 1,0%.

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, os destaques de variações positivas foram no emprego no setor privado com carteira assinada com quase 1 milhão de pessoas (2,7%), seguido por conta própria sem cnpj, 503 mil (2,7%). Já o trabalho por conta própria com cnpj teve a maior redução, cerca de 332 mil pessoas (-4,9%), seguido pelo trabalhador auxiliar familiar com queda de 194 mil pessoas (-11,4%).

Tabela 2: Mercado de trabalho – Total de ocupados por posição no mercado de trabalho Brasil – Agosto, setembro e outubro de 2023

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set-out 2022	jul-ago-set 2023	ago-set-out 2023	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Empregado C/ carteira setor privado	36.623	36.995	37.615	1,7	620	2,7	992
Empregado S/ carteira setor privado	13.372	13.227	13.314	0,7	87	-0,4	-58
Trabalhador doméstico	5.882	5.878	5.819	-1,0	-59	-1,1	-63
Setor público	12.306	12.259	12.142	-1,0	-117	-1,3	-164
Empregador	4.372	4.205	4.233	0,7	28	-3,2	-139
Conta própria	25.410	25.265	25.582	1,3	317	0,7	172
Conta própria com CNPJ	6.741	6.267	6.409	2,3	142	-4,9	-332
Conta própria sem CNPJ	18.670	18.998	19.173	0,9	175	2,7	503
Trab. familiar auxiliar	1.696	1.516	1.502	-0,9	-14	-11,4	-194

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Entre os grupamentos de atividade no trabalho principal, o destaque com o maior crescimento é informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, 228 mil pessoas na comparação o trimestre anterior e 508 mil em relação ao mesmo período de 2022. Os setores de transporte, armazenagem e correio veio a seguir com 172 mil pessoas em relação ao trimestre imediatamente anterior, e 283 mil na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2022, 6 dos 10 grupamentos de atividade apresentaram redução do contingente de pessoas, onde se destacaram negativamente: Agricultura



pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-351 mil pessoas), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-307 mil pessoas) e indústria geral (-155 mil pessoas).

Tabela 3: Mercado de trabalho – Todo de ocupados por posição no mercado de trabalho Brasil – Agosto, setembro e outubro de 2023

Grupamento de atividade no trabalho principal	ago-set-out 2022	jul-ago-set 2023	ago-set-out 2023	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.719	8.368	8.368	0,0	0	-4,0	-351
Indústria geral	12.853	12.735	12.698	-0,3	-37	-1,2	-155
Construção	7.404	7.162	7.311	2,1	149	-1,3	-93
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19.278	18.864	18.971	0,6	107	-1,6	-307
Transporte, armazenagem e correio	5.236	5.347	5.519	3,2	172	5,4	283
Alojamento e alimentação	5.232	5.473	5.597	2,3	124	7,0	365
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	11.963	12.243	12.471	1,9	228	4,2	508
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17.608	17.984	18.048	0,4	64	2,5	440
Outros serviços	5.427	5.238	5.327	1,7	89	-1,8	-100
Serviços domésticos	5.917	5.907	5.863	-0,7	-44	-0,9	-54

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Rendimento

A pesquisa mostra, ainda, no 3º trimestre de 2023 o rendimento mensal médio de todos os trabalhos, por pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, foi estimado em R\$ 2.982. O montante representa um aumento de 1,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.933), bem como de 4,2% quanto ao 3º tri de 2022 (R\$ 2.862).

Entre o 2º trimestre de 2023 e o 3º trimestre de 2023, a Região Sul (R\$ 3.276) e Sudeste (R\$ 3.381) apresentaram aumento do rendimento, enquanto as demais regiões apresentaram estabilidade. Uma alteração no que se refere à comparação entre o 3º trimestre de 2022, em que as Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram expansão do rendimento, enquanto as demais apresentaram estabilidade de rendimento.

Tabela 4: Rendimento – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2022-2023 - (em R\$).

Região	2022		2023	
	2º trimestre	3º trimestre	2º trimestre	3º trimestre



Brasil	2.761	2.862	2.933	2.982
Norte	2.170	2.260	2.333	2.343
Nordeste	1.857	1.938	1.997	2.008
Sudeste	3.138	3.213	3.307	3.381
Sul	3.055	3.211	3.204	3.276
Centro-oeste	3.115	3.327	3.399	3.456

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos para o 3º trimestre de 2023, foi estimada em R\$ 292.952 (em milhões). Demonstrando evolução em relação ao trimestre imediatamente anterior, (R\$ 285.243 milhões), assim como em relação ao 3º trimestre de 2022 (R\$ 278.942 milhões).

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento real no período, tendo registrado 150,4 milhões no 3º trimestre de 2023, representando uma expansão de 3,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 145,90 milhões), e 6,21% com relação ao 3º trimestre de 2022 (R\$ 141,60 milhões). Na comparação com o 3º trimestre de 2022, as maiores evoluções foram observadas nas regiões Sudeste e Centro-oeste (5,34%).

Tabela 5: Rendimento – - Massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões - 2015-2023 - (em R\$ bilhões).

Região	2022		2023		Diferença com o trimestre anterior	Diferença com o 3o trimestre 2022
	2º trimestre	3º trimestre	2º trimestre	3º trimestre		
Brasil	266,20	278,90	285,20	293,00	2,7%	5,06%
Norte	16,50	17,50	17,80	18,20	2,2%	4,00%
Nordeste	39,90	42,30	43,00	44,10	2,6%	4,26%
Sudeste	137,30	141,60	145,90	150,40	3,1%	6,21%
Sul	46,40	49,50	49,50	50,60	2,2%	2,22%
Centro-oeste	26,00	28,10	29,00	29,60	2,1%	5,34%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Camila Gaboni Silva, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Miguel Huertas Neto, economista, doutorando em desenvolvimento econômico (IE-UNICAMP) e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Crédito

Sistema Financeiro Nacional

Crédito: Análise

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em outubro/23, apresentou uma variação de +0,10% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de +7,30%, com crescimento no mês da carteira de pessoa física e decréscimo de mesma magnitude da carteira de pessoa jurídica. O saldo consolidado foi de R\$ 5.593,8 bilhões. O saldo da carteira de pessoa jurídica foi de R\$ 2.180,5 bilhões recuo de -0,80% e da carteira de pessoa física ficou em R\$ 3.413,3 bilhões aumento de +0,8% com relação ao mês anterior. O saldo do crédito em relação ao PIB ficou em 52,8% diminuição de -0,30%. A inadimplência total recuou para 3,4% queda de -0,10% com relação ao mês anterior. A taxa de juros no segmento livre está no patamar de 42,2% a.a. e no direcionado em 11,0% a.a.. O spread bancário total em 20,3 p.p.

As concessões totais, com ajuste sazonal foram de R\$ 531,8 bilhões queda de -0,30% e no acumulado em 12 meses estão em 5,0%.

Pelas informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o endividamento das famílias junto ao sistema financeiro nacional, continua em patamares elevados atingindo 47,72% no mês de setembro/23 mais de 8,05 p.p. acima do verificado no início de 2015. Porém, é o melhor resultado desde setembro/21 quando atingiu 47,52 p.p., mostrando o que pode ser uma tendência de recuo do endividamento. E o comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida, chegou ao patamar de 27,37% em setembro/23, um recuo de - 0,14 p.p. do verificado no mês anterior.

Cabe destacar que esses números, apresentam uma tendência de recuo, desde o lançamento do programa Desenrola Brasil – Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes pelo governo federal em 17 de julho último. Portanto, podemos esperar para o próximo ano um cenário melhor oriundo do programa Desenrola.

As taxas de juros divulgadas pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac para pessoa física no mês de novembro/23 ficou em 424,51% a.a. para o cartão de crédito, ou seja, trata-se dos juros mais altos cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela Anefac.

O relatório “Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito – Resultados de Setembro de 2023” divulgado pelo BCB no início de dezembro/23 ~~de~~ respeito da avaliação das instituições financeiras



sobre as condições do crédito do terceiro trimestre de 2023 e expectativas para o quarto trimestre, é dividido em quatro segmentos: 1) pessoas jurídicas, grandes empresas; 2) pessoas jurídicas, micro, pequenas e médias empresas; 3) pessoas físicas, crédito voltado ao consumo e 4) pessoas físicas crédito habitacional.

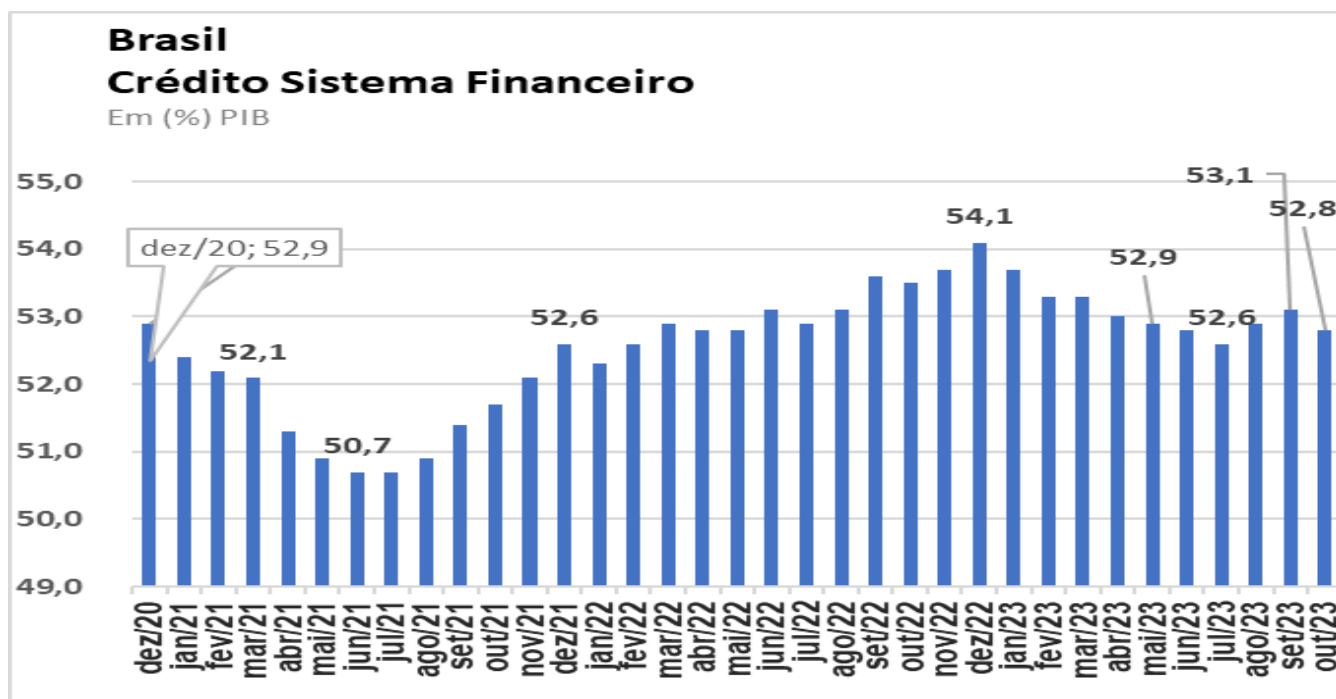
O relatório aponta informações importantes e que destacamos três pontos; o primeiro é que a demanda por crédito, continuará em níveis positivos para todos os segmentos ao longo do quarto trimestre. O segundo é que a redução dos juros é ponto primordial no crescimento da demanda de crédito. E o terceiro destaque é que a inadimplência deve ficar relativamente estável no quarto trimestre de 2023.

Com a renegociação em massa que o programa Desenrola tem permitido ao longo do segundo semestre de 2023, a continuidade e aprofundamento da redução da taxa de juros de curto prazo em todas as reuniões do Copom ao longo de 2024 e com um encaminhamento de renegociação dos casos graves de crédito que abalaram o mercado de crédito privado no primeiro semestre, como foi o de Lojas Americanas, além das medidas saneadoras que o atual governo vem encaminhando com o objetivo de abertura de oportunidades de investimentos e a retomada do BNDES como agente central do crédito de longo prazo, esse conjunto de fatores apontam para um cenário positivo do crédito ao longo do ano de 2024.

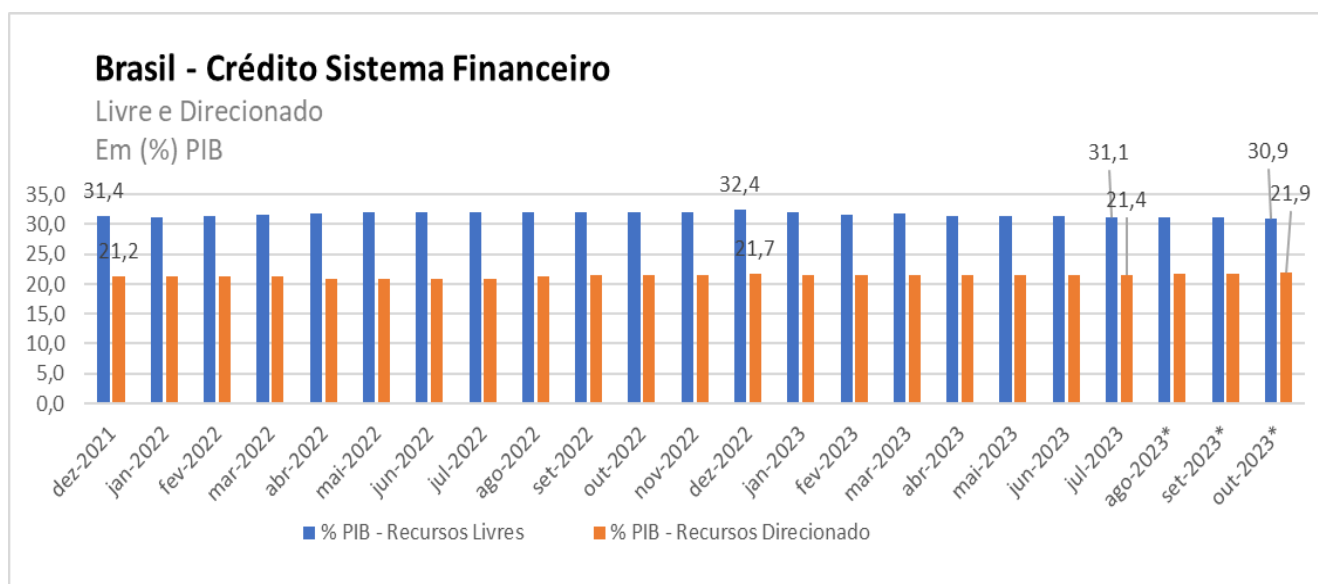

Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Outubro / 2023

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	52,80%	-0,30%	-1,30%	-0,70%	Diminuição no saldo do crédito em relação ao PIB no mês, estabilidade no trimestre +0,2% e queda acima de 1% de no ano. Mesmo percentual observado em jun/23.	
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 5.593,8 bilhões	0,10%	4,30%	7,30%	Estável no mês.	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 2.180,5 bilhões	-0,80%	0,50%	3,80%	segunda maior recuo no mês verificado em 2023.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 3.413,3 bilhões	0,80%	7,00%	9,60%	Mantem variação positiva no ano	
	Concessão Ajuste Sazonal (R\$)	R\$ 531,8 bilhões	-0,30%	3,50%	5,00%	Primeiro recuo mensal no 2º semestre	
	Inadimplência	3,40%	-0,10%	0,40%	0,40%	Estável	
	Spread bancário	20,3 p.p.	-0,90%	1,00%	0,00%	Mesmo com a queda no mês, o patamar do spread continua elvado.	
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 3.275,6 bilhões	-0,40%	2,00%	5,00%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.391,9 bilhões	-1,80%	-2,80%	1,10%	<u>Destques:</u> Podemos destacar os principais impactos negativo que foram, a diminuição das carteiras de desconto de duplicatas e outros recebíveis totalizando -7,9% de queda, adiantamento de contrato de câmbio -4,66% e cartão de crédito rotativo -22,5%.
		Spread bancário	11,6 p.p.	-0,10%	1,40%	0,20%	
		Inadimplência	3,50%	0,10%	1,50%	1,50%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.883,7 bilhões	0,70%	5,90%	8,00%	<u>Destques:</u> Resultado ocorreu principalmente em aumento das carteiras de cartão de crédito à vista +1,6%, financiamento para aquisição de veículos +1,3%, crédito pessoal não consignado +1,1% e crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS 1,2%.
		Spread bancário	43,7 p.p.	-2,10%	1,20%	-0,70%	
		Inadimplência	5,90%	0,00%	0,00%	0,10%	
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 2.318,1 bilhões	0,90%	7,70%	10,70%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 788,6 bilhões	0,90%	6,70%	9,10%	<u>Destques:</u> Expansão em carteira de crédito rural com taxas de mercado e financiamento imobiliário com taxas reguladas.
		Spread bancário	4,20%	0,20%	0,60%	0,10%	
		Inadimplência	1,10%	-0,40%	0,10%	0,10%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.529,5 bilhões	0,80%	8,30%	11,60%	<u>Destques:</u> Crescimento no crédito rural com taxas de mercado e capital de giro e financiamento de investimentos com recursos do BNDES.
		Spread bancário	5,0 p.p.	0,00%	0,60%	0,40%	
		Inadimplência	1,50%	0,00%	0,20%	0,20%	

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

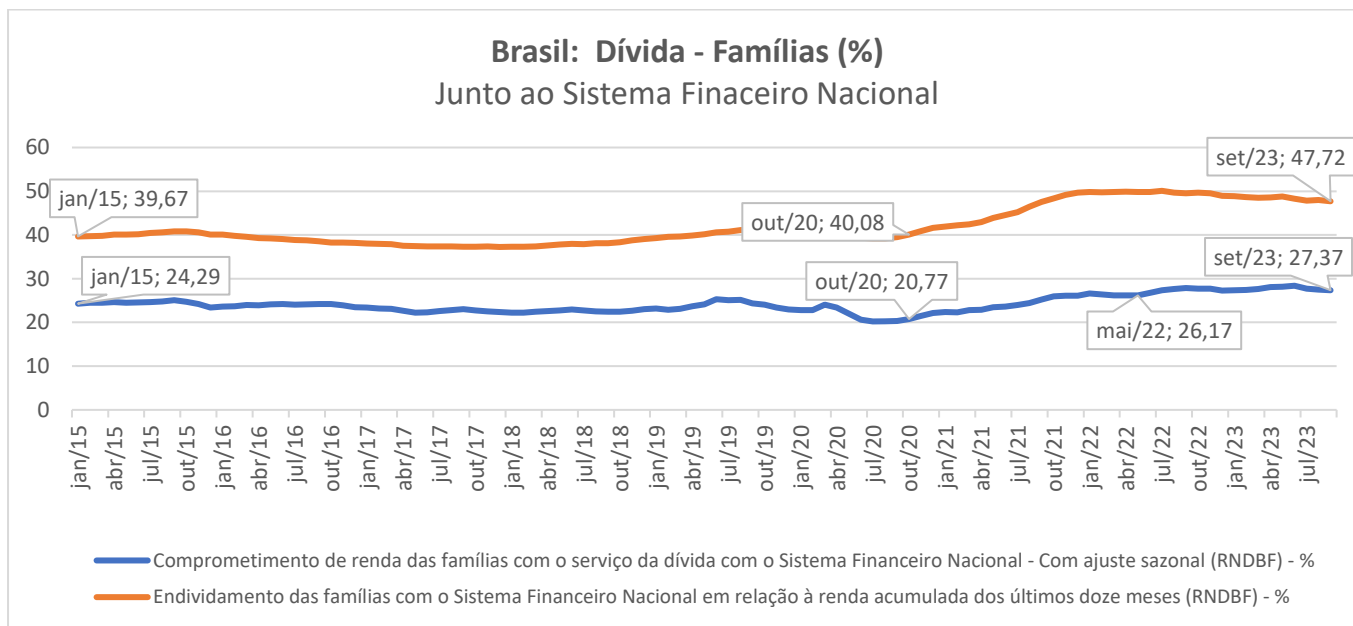


Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

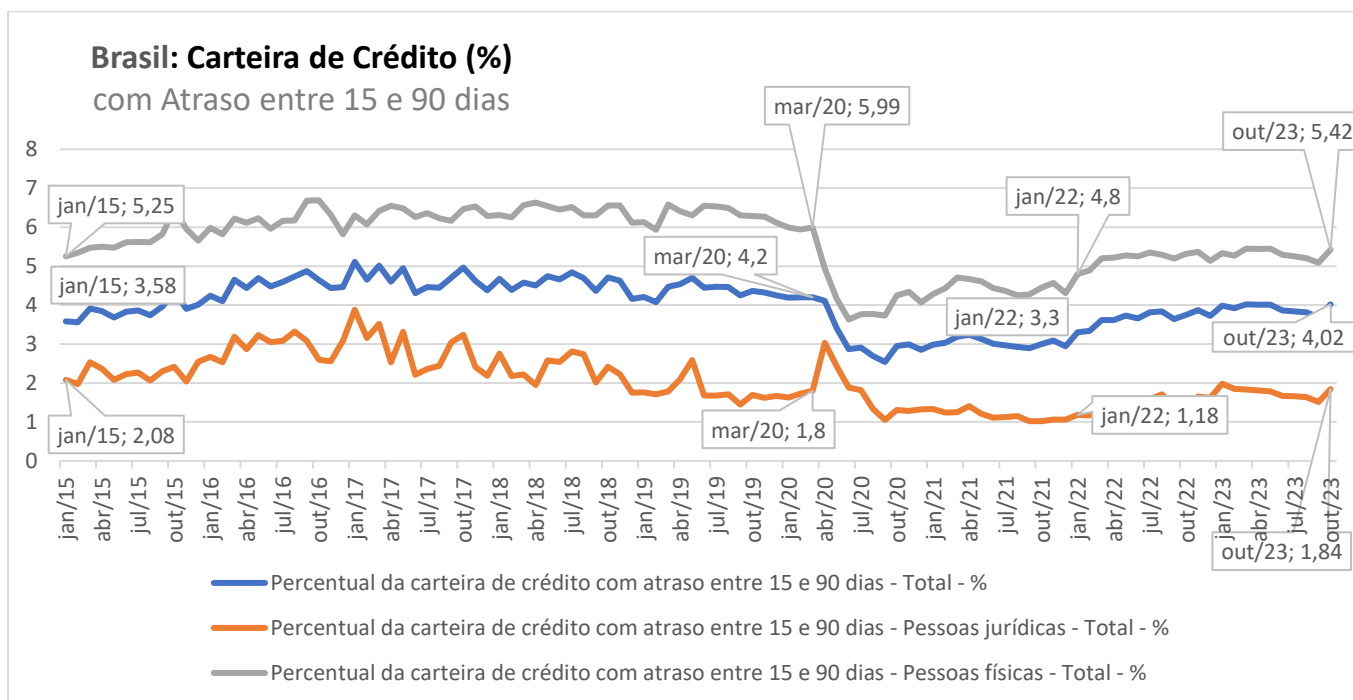


Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

Endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

Taxa de Juros



Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ.automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Novembro / 23	87,76%	424,51%	150,70%	27,42%	59,37%	127,25%
Outubro / 23	88,61%	430,02%	149,59%	27,72%	60,10%	128,01%
Setembro / 23	89,26%	432,24%	150,98%	28,02%	60,84%	128,78%
Agosto / 23	90,55%	427,81%	153,78%	28,93%	61,77%	130,32%
Julho / 23	91,42%	425,61%	155,48%	28,93%	62,52%	131,62%
Junho / 23	92,51%	427,26%	156,90%	29,08%	62,52%	133,18%
Maió / 23	92,08%	422,87%	156,90%	29,69%	62,52%	134,48%
Abril / 23	91,42%	421,78%	156,33%	29,38%	61,77%	133,44%
Março / 23	90,55%	417,43%	156,33%	29,54%	62,33%	132,13%
Fevereiro / 23	90,12%	412,04%	155,48%	29,84%	61,96%	131,62%
Janeiro / 23	89,69%	410,97%	155,20%	29,69%	61,59%	132,13%
Dezembro / 22	89,26%	409,37%	154,63%	29,54%	62,33%	132,65%
Setembro / 22	88,18%	400,37%	155,20%	29,23%	63,46%	134,48%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Outubro / 23	28,02%	24,90%	149,31%
Setembro / 23	28,63%	25,64%	150,14%
Agosto / 23	29,38%	26,53%	151,54%
Julho / 23	30,15%	27,42%	152,38%
Junho / 23	29,84%	27,42%	154,63%
Maió / 23	29,38%	28,32%	153,78%
Abril / 23	28,78%	27,87%	153,22%
Março / 23	28,93%	27,72%	151,54%
Fevereiro / 23	29,38%	27,12%	150,70%
Janeiro / 23	28,48%	27,42%	151,26%
Dezembro / 22	27,87%	27,12%	152,66%
Setembro / 22	26,53%	28,32%	150,98%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.

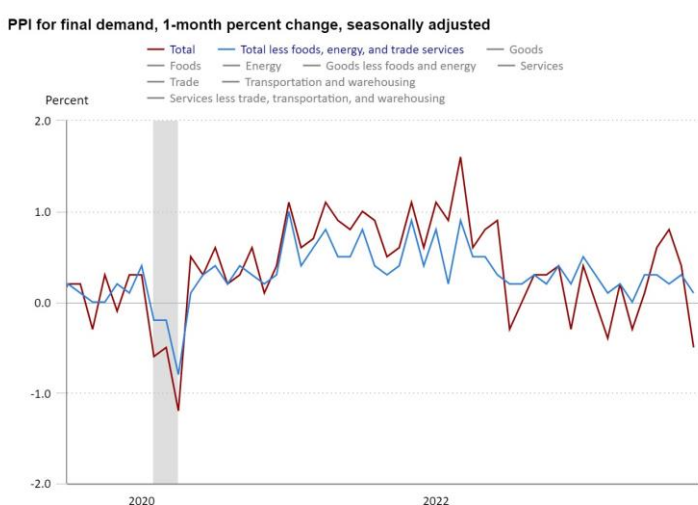


Internacional

Mudanças extraordinárias no cenário internacional fizeram com que o custo de capital voltasse ao mesmo patamar de 2 meses atrás?

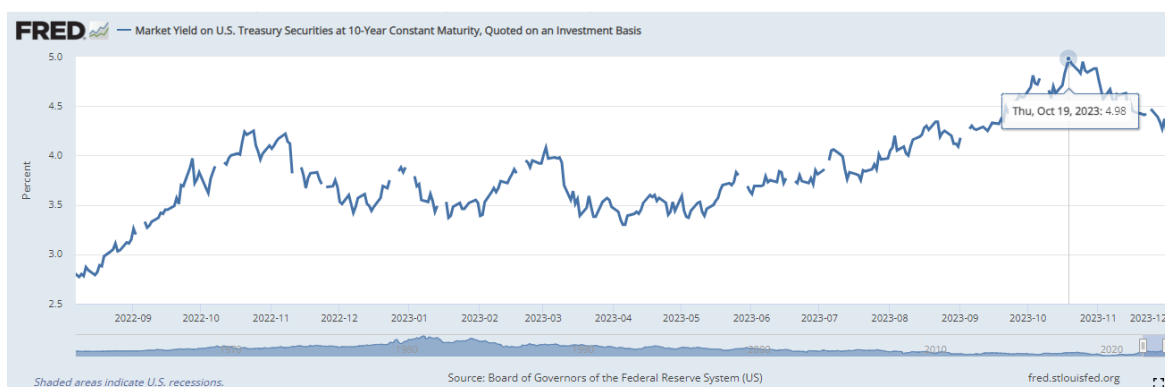
Ao avaliarmos a evolução do cenário internacional desde nossa última publicação, é notável o aumento da liquidez, mesmo, sem ter havido uma queda mais expressiva da atividade econômica.

Ao longo do ano, como podemos observar no gráfico, que apresenta a evolução da inflação ao produtor americano na variação mensal e com ajustes sazonais, a dinâmica pós-pandemia foi alterada desde o começo do ano, fazendo com que a alta de preços à produção consistente a partir de 2020 apresentasse uma dinâmica mista, culminando com a queda dos preços no atacado de outubro na ordem de -0,5% no mês.



BLS.gov

Com essa redução na inflação a taxa de juros americana de 10 anos, referência para a liquidez internacional caiu expressivamente de 4,98% para 4,22% em 1º de dezembro, mesmo patamar de setembro.



Fonte: FRED

Enquanto a dinâmica de inflação americana, relativamente mais benigna e oferecendo espaço para uma política monetária menos restritiva, na China ao longo desses últimos meses o mercado imobiliário determinou os principais eventos econômicos.

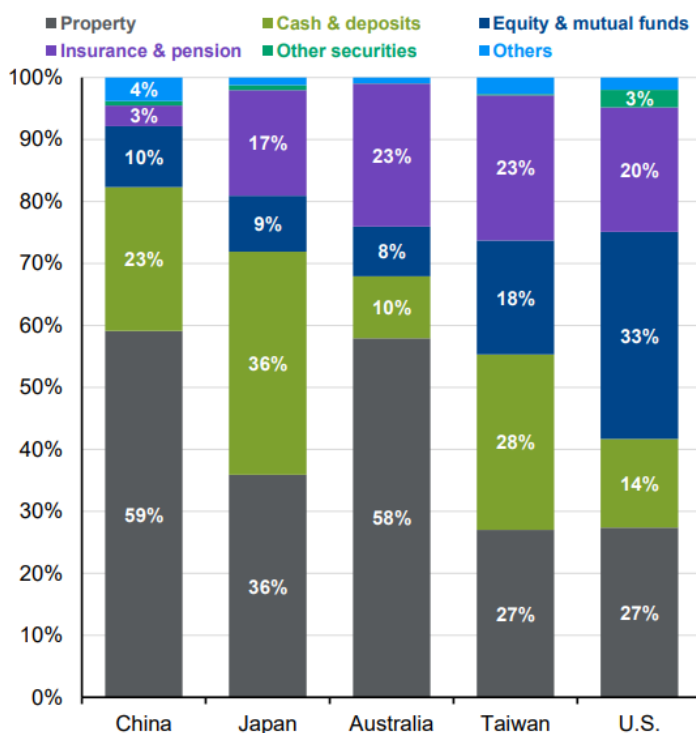


Entraremos em 2024 com essas duas grandes questões sobre o mercado internacional, mas, com um pano de fundo que não pode ser descartado. As duas potências EUA e China se esforçam para manter o equilíbrio das respectivas economias na medida em que implementam um modelo econômico relativamente menos pautado na relação bilateral.

A construção civil desempenha historicamente um papel crucial no crescimento da produtividade chinesa, representando 25% do PIB do país e o principal ativo do patrimônio das famílias chinesas, graças ao acesso ao crédito de baixo custo.

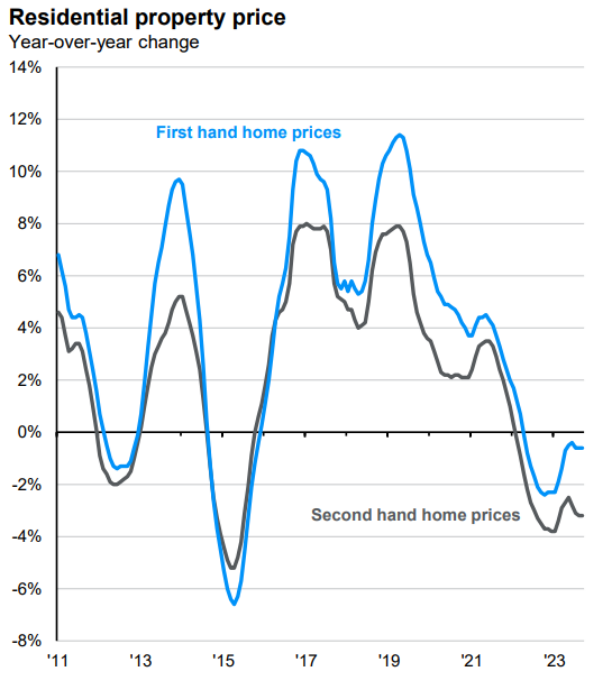
Household wealth by asset type

% of total, as of Dec. 2022



Fonte: JP Morgan

Os ativos do setor imobiliário são naturalmente capazes de preservar o valor de compra, repassando os aumentos na inflação ao imóvel. No entanto, nos últimos três anos, observou-se uma redução no valor desses empreendimentos chineses, indicando a gravidade da crise imobiliária no país. O mês de outubro registrou a maior queda no valor dos imóveis em oito anos, uma deterioração significativa no setor. Quando analisamos as variações do preço de casas novas e usadas no mercado chinês, observamos uma queda nos preços desde 2020.



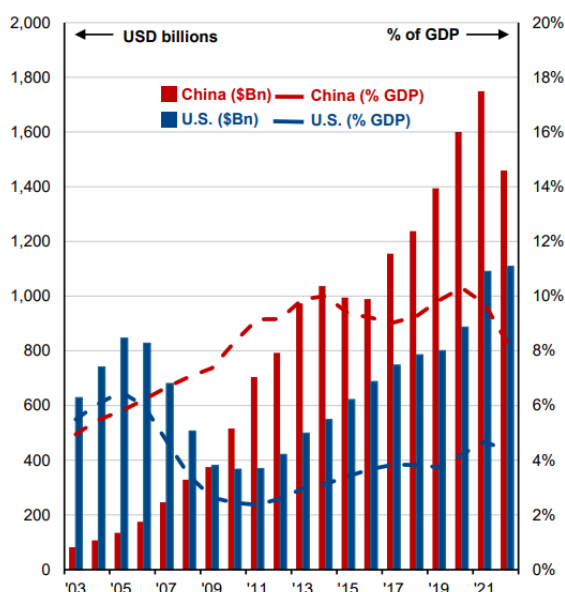
Fonte: JP Morgan

Dentre as razões, destaca-se o "efeito Evergrande", no qual a dívida da incorporadora ultrapassou a marca de 332 milhões de dólares, sinalizando um alerta para o risco desenfreado.

Para piorar a situação, neste mês de novembro, a Zhongzhi Enterprise, um grupo financeiro chinês que fornece crédito ao setor, informou estar acumulando um passivo de pelo menos 59 bilhões de dólares.

O governo do país tem demonstrado interesse em manter o crescimento do setor de construção civil para enfrentar a crise. Foi proposto um aporte de 1 bilhão de yuans para impulsionar programas de habitação a preços acessíveis. Esta medida representa um incremento considerável para um setor que já possui uma escala significativa no país

China and U.S. residential real estate investment



Fonte: JP Morgan



A questão fundamental é sobre a capacidade de sustentação do sistema financeiro diante da continuidade das políticas de Quantitative easing implementadas pela China. Até que ponto este sistema poderá absorver tais medidas sem enfrentar consequências adversas?"

José Victor P. Cassiolato – Economista – PUC/SP

José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

Geopolítica

A epopeia política brasileira de 2023

O ano político brasileiro começou com uma imagem de um presidente eleito subindo a rampa para tomar posse de um novo mandato, rodeado de pessoas que simbolizaram a diversidade – característica fundamental da população brasileira. Diferente de outras posses presidenciais da Nova República, período que compreende o fim da Ditadura Militar até os dias atuais, o presidente que deixava o cargo não estava presente para passar a Faixa Presidencial ao seu sucessor. O então presidente Jair Messias Bolsonaro voara no dia 30 de dezembro para os Estados Unidos, dois dias antes da posse, abandonando não só o país, mas o seu próprio governo. Esse foi um episódio sintomático do que representou, do ponto de vista democrático, os 4 anos que antecederam 2023.

O novo mandatário fez um discurso voltado para os mais necessitados, exaltando as características de um país influente na dinâmica política global e clamando para que a sociedade se unisse; que deixasse o “ódio de lado”, fazendo questão de afirmar: “não existem dois Brasis”. A Praça dos Três Poderes estava tomada de populares que, após o discurso no Parlatório do Planalto, puderam participar do “Festival do Futuro”, que contou com a presença de 60 artistas brasileiros, em três palcos diferentes, de maneira voluntária por quase 20 horas. O clima era de esperança para que a reconstrução das relações sociais e interpessoais, nas mais diversas esferas da sociedade, tivesse sucesso. Bem, isso para uma parcela dos brasileiros. Para outra, a expectativa era de que o governo recém-empossado não tivesse vida longa, já que ele representa o restabelecimento mínimo da articulação e do diálogo entre os diferentes espectros políticos – a chapa eleita foi formada por uma frente ampla – algo que essa parcela da população não quer.

Em 8 de janeiro, uma semana após as festividades da posse, o cenário era completamente diferente na Esplanada dos Ministérios e na mesma Praça dos Três Poderes. No dia 4 de janeiro, a “Festa de Selma” é convocada, articulada, porém, por muitos meses antes. A ideia era fazer uma grande manifestação na Esplanada dos Ministérios. A Polícia Federal mostrou, posteriormente, mensagens de manifestantes chamando outros para o ato, além de outras mensagens evidenciando que os atos para aquele domingo se trataria não de uma manifestação, mas de movimentações mais violentas. No sábado, 7 de janeiro, Brasília viu um desfile de ônibus ingressarem na cidade vindos de vários pontos



do Brasil, trazendo uma enorme quantidade de outros milhares de “patriotas” – esse é o termo utilizado não só pelos apoiadores de Bolsonaro, mas da extrema-direita brasileira para identificar seus apoiadores. A poucos quilômetros dali, na porta do “Forte de Caxias” - como é conhecido o Quartel-General do Exército brasileiro em Brasília - desde o fim do período eleitoral de 2022, inúmeros destes “patriotas” se aglomeravam em cabanas e tendas, numa espécie de vigília. As reivindicações eram as mais diversas, mas a maior pedia para que as forças armadas tomassem o poder num golpe “teoricamente” embasado pelo artigo 142 da Constituição, artigo esse que versa sobre atribuições do exército para a “defesa da Pátria; a garantia dos poderes constitucionais e; por iniciativa de qualquer destes, da “lei e da ordem””. A extrema-direita acredita que esse artigo pode ser utilizado pelo presidente da República de ocasião para transferir o seu poder para as Forças Armadas.

Voltando ao 8 de janeiro. Às 13 horas, uma multidão sai da vigília em frente ao quartel-general do exército e marcha até a Praça dos Três Poderes. A Praça tinha partes isoladas porque o novo governo estava cauteloso sobre o que poderia ser feito pelos aglomerados no “Forte de Caxias” e manteve algumas guarnições da Força de Segurança Nacional em prontidão, além de cercar o local com alambrados. Os “patriotas” furam o bloqueio e, minutos depois, invadem o Congresso Nacional. Entre essa invasão e a invasão ao STF, se passaram 55 minutos. Às 16 horas, as sedes dos três poderes estavam tomadas. Uma tentativa de golpe estava em marcha.

Setecentos e oitenta e dois quilômetros dali, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, fazia uma visita à Araraquara, cidade do interior do estado de São Paulo. Chuvas intensas devastaram bairros do município paulistano nos dias anteriores e Lula se dirigiu à região para entender como o Governo Federal poderia ajudar a população local. Ao saber do que ocorrera em Brasília, Lula conversou imediatamente com o ministro da Justiça, Flávio Dino, que logo começou a tomar pé da situação como principal articulador do presidente até o seu retorno para a capital. Às 18 horas, a Polícia do Distrito Federal inicia a retomada dos edifícios. Às 22 horas, Lula se reúne com assessores e ministros no Palácio do Planalto, que mais parecia um palco de guerra. Ainda assim, a situação ali não estava pior do que no STF, onde a destruição foi muito maior. Na noite da segunda-feira, 9 de janeiro, representantes dos três poderes descem a rampa do Planalto e percorrem as sedes dos outros poderes, num ato simbólico pela defesa da democracia. O que ocorreu ali, naquele 8 de janeiro, ainda reverbera na política nacional.

O ano começou antes do carnaval.

A cena da descida da rampa do Planalto com os chefes dos três poderes, ainda na noite de 8 de janeiro, trouxe uma sensação de que, mesmo diante do ataque violento contra as instituições democráticas, elas estavam preservadas e os seus representantes foram capazes de deixar de lado, por um instante, diferenças e desavenças para fortalecer a imagem de uma democracia que fora vilipendiada por anos, sendo o ápice de toda essa violência tendo ocorrido naquele dia. Em tempos



comuns é costume dizer que o “ano só começa após o Carnaval”. Em 2023, pelo menos na política, isso não foi verdade. Não apenas por conta dos atos violentos, que mantiveram autoridades em Brasília nas primeiras semanas do ano, mas, porque, outras duas eleições agitavam os bastidores da República e aceleraram a retomada das atividades do Legislativo Federal. Em fevereiro, o Congresso votaria as novas mesas diretoras das duas Casas: da Câmara e do Senado. Em outras palavras: os presidentes encarariam a reeleição. Arthur Lira, presidente da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, buscavam se manter em seus cargos a qualquer custo.

Lira, articulador do “orçamento secreto”, não teve muita dificuldade em conseguir a reeleição. As verbas distribuídas aos parlamentares, ao longo de 2021 e 2022, foram um adiantamento, mas ele precisava, de alguma forma, se alinhar ao novo governo para consolidar seu poder quase monárquico, agora na nova legislatura. A equipe de transição do presidente Lula encontrou terra arrasada na área fiscal e sem muita chance de articulação negociou, ainda em 2022, com o presidente da Câmara, ajustes no orçamento de 2023 para que houvesse alguma normalidade fiscal. O esforço de guerra da máquina bolsonarista para tornar viável a reeleição, deixou as contas públicas em frangalhos com gastos estimados em R\$ 300 bilhões, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Durante todo o ano de 2022, Lira agiu em duas frentes. Em uma para reeleger Bolsonaro, em outra, para se manter como “barganhador” da Câmara. Como ajudou a reeleger deputados – com a ajuda do “orçamento secreto” – o presidente da Câmara se fortaleceu para encarar de frente o novo governo. O PT prometeu não apoiar nenhum outro candidato em troca da aprovação dos ajustes no orçamento de 2023. E assim foi feito. As trocas de apoio ocorreram e Lira, sem muitas dificuldades, a votação se deu e ele foi reconduzido ao cargo. O mesmo não ocorreu com Rodrigo Pacheco no Senado com tanta facilidade.

Pacheco tinha como opositor principal Rogério Marinho. Marinho é neto de um quadro antigo da política potiguar. Seu avô, Djalma Marinho, esteve na política entre os anos de 1945 e 1978. Atuou, inclusive, pela ARENA, partido base do Regime Militar. Com forte influência no estado do Rio Grande do Norte, Marinho, o neto, filiado ao PL, partido de Jair Messias Bolsonaro, logo se colocou na linha de frente da oposição ao governo Lula. Tanto assim o fez, que conseguiu apoio para se candidatar à Presidência do Senado. A disputa entre Pacheco e Marinho foi intensa. A eleição se deu poucos meses após o pleito nacional que elegeu Lula; a base bolsonarista ainda estava bem articulada, mesmo entre os parlamentares, o que exigiu de Pacheco um enorme esforço de aproximação com a extrema-direita. A votação foi secreta, o que garantiu que os senadores pudessem votar sem medo de represálias de bases eleitorais extremistas, como a bolsonarista. Uma das promessas de Pacheco para atrair essa base foi a pautar a PEC dos mandatos fixos para os ministros do STF. Ainda assim, a votação foi apertada e Pacheco foi reeleito com 49 votos, placar considerado de extremo risco, mostrando que o mandatário do Senado não contava com a mesma força do seu homônimo na Câmara, que obteve 464 votos dos 512 possíveis.



O embate Executivo x BACEN

Passado o estresse eleitoral nas casas legislativas, o país se viu diante de um outro debate. Taxa de juros. “Qual o impacto dela em nossas vidas?”, populares (e a grande mídia), se perguntavam. Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a resposta era evidente: mais investimento, menos pagamento de dívida e mais oportunidade de portfólio produtivo em diversas áreas, se os juros baixassem. Para o rentismo, que vive atrelado à dívida pública, a resposta era: não passarão. Com a animosidade do mercado, o governo acabara de entrar em uma nova trincheira política e de opinião pública. Governo esse que depende da política monetária controlada por um Banco Central (BACEN), independente e fortemente influenciado por instituições financeiras privadas. Roberto Campos Neto, neto de Roberto Campos (economista e expoente opositor da heterodoxia econômica), é um legado dos tempos do bolsonarismo no poder.

Como seu avô, Campos Neto também compartilha do ideário (neo)liberal e só se mantém no cargo porque a independência do BACEN trouxe o descompasso de duração do mandato do seu presidente com a entrada de um novo governo. E a mudança no comando da instituição fora das novas regras, requer uma movimentação política grandiosa. O Brasil terá Campos Neto à frente da instituição até meados de 2024, quando o governo poderá indicar um sucessor. O governo preferiu lidar com a fera ao invés de neutralizá-la.

Foram muitos discursos de Lula e de outros ministros pedindo a redução da Taxa Básica de Juros (SELIC). O BACEN entendeu (ou foi forçado), a necessidade de reduzir a SELIC. Foram duas quedas seguidas – nas reuniões de agosto e setembro – aliadas à ida de Gabriel Galípolo (ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda), para a diretoria de Política Monetária do Banco Central. Esse movimento ajudou a colocar panos quentes na relação entre governo e Campos Neto.

As joias não brilharam desta vez

No paralelo político da rusga entre Campos Neto e governo, um tsunami invadiu o noticiário brasileiro. E a política. Em março, uma matéria do jornal O Estado de São Paulo revelou a tentativa de auxiliares do ex-presidente (que ainda não havia regressado ao Brasil), de entrarem no país com pacotes de joias escondidos sem declarar à Receita Federal, pelo menos uma vez em 2021 e outras no crepúsculo do mandato de Bolsonaro. A operação que a Polícia Federal deflagrou para investigar o ocorrido levou o nome de Lucas 12:2, um versículo bíblico: “Mas nada há encoberto que não haja de ser descoberto; nem oculto, que não haja de ser sabido” diz o versículo. E, de fato, muita coisa veio à tona. Uma das consequências da operação foi a prisão e posterior acordo de delação do tenente-coronel Mauro Cid, principal auxiliar do ex-presidente, que tinha acesso total à família bolsonarista e era o responsável, inclusive, por resolver diversas questões pessoais de filhos e esposa. Dentre essas questões, uma foi lidar com o cartão de vacinação contra a COVID-19 de membros da família. Mauro



Cid já estava sendo observado por indícios de participar na articulação do 8 de janeiro. A Polícia Federal acabou descobrindo mensagens comprometedoras sobre as joias, mas também sobre essa participação. Ainda assim, o que levou Mauro Cid à prisão foram outros indícios: os de falsificação dos tais cartões de vacinação. Mauro Cid foi conduzido primeiro para a carceragem da Polícia Militar, em Brasília. Posteriormente, o tenente-coronel foi levado para o Quartel da Polícia do Exército, também na capital do Distrito Federal, onde permaneceu sob custódia até setembro quando o ministro do STF, Alexandre de Moraes, após homologação da delação, o liberou. Cid continua sendo peça-chave para entender os bastidores, o dia-dia e o que acontecia na privacidade dos Bolsonaro em relação à crimes de sortes diversas. Com a delação, ele passou a ser alvo de alguns bolsonaristas, que logo deixaram de atacá-lo já que ele sabe demais.

Na esteira do caso das joias, o primeiro semestre foi difícil para a extrema-direita. Além de ver seu principal representante de volta ao país sem poder fazer muito alarde, se mantendo longe dos holofotes, sem chamar atenção para si e sua família, no intuito de tentar, de alguma forma, apaziguar os ânimos com as autoridades judiciais, outro representante desse espectro político sofria um forte revés. Em maio, numa votação acachapante (por unanimidade), Deltan Dallagnol, deputado federal pelo Paraná, perdia seu mandato e seus direitos políticos por tentar utilizar protocolos administrativos como a exoneração do cargo de promotor público para escapar de 15 processos administrativos que poderiam colocá-lo na lista de ficha suja, impedindo-o de concorrer a cargos eletivos. Com Deltan fora do jogo político, quem entrava na mira do poder judiciário era também um paranaense. O ex-juiz Sérgio Moro, que fez dupla com o agora ex-deputado na Operação Lava-Jato, enfrenta pedido de cassação de seu mandato, protocolado surpreendentemente pelo partido do seu principal aliado, Jair Bolsonaro, o Partido Liberal (PL). A cassação do mandato de Moro é tão dada como certa, que a disputa pela sua cadeira já alimenta o meio político paranaense. Michelle Bolsonaro é uma das cotadas para disputar a vaga que deverá ser aberta com a cassação do senador, pelo lado da extrema-direita. Pela esquerda, Gleisi Hoffman, atual presidente do Partido dos Trabalhadores, ensaia entrar na disputa.

Mas o ápice das adversidades para a extrema-direita ocorreu em junho, quando o Tribunal Superior Eleitoral condenava Jair Bolsonaro à perda de seus direitos políticos por 8 anos, tornando-o inelegível para qualquer cargo público eleitoral. O argumento utilizado foi a reunião com embaixadores de diversos países para propagar inverdades sobre o sistema eleitoral brasileiro chamada pelo então governo de Bolsonaro. A votação foi disputada (5 votos a favor e 2 contra), e um dos votos contra foi proferido pelo ministro Raul Araújo, que sempre tendeu a votar coincidentemente em favor dos interesses de Bolsonaro. Mas, ainda assim, a joia da coroa bolsonarista perdeu a possibilidade de continuar atuando politicamente utilizando um cargo público. E perdeu seu fiel assistente.

Uma CPI e o erro estratégico da extrema-direita

Todo o embrolho envolvendo Mauro Cid e a família Bolsonaro teve um palco: a CPI dos Atos de



8 de janeiro. Ainda no início do ano, a oposição começou a insuflar a ideia de se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), à revelia da situação. O governo entendia que uma CPI atrapalharia a agenda de reformas e medidas num Congresso que iniciava a legislatura tomado, não apenas por apoiadores da extrema-direita, mas da direita também. O sentimento era de se estar diante de um Congresso potencialmente hostil ao Executivo. Pelo lado da oposição, acreditava-se que uma CPI poderia trazê-la de volta ao jogo político com mais força, já que estava batida pela derrota nas urnas, sendo alvo de investigação pela articulação dos próprios atos. A narrativa que ela tentou vender era de que o ocorreu naquele dia de janeiro, teve militantes de esquerda infiltrados para insuflar os “manifestantes” a tornarem um ato que seria “pacífico” no que se viu ali. As cenas violentas sujariam a imagem dos apoiadores da extrema-direita perante a opinião pública e daria ao governo a possibilidade de tomar medidas mais duras, culminando na perseguição de “patriotas”. Uma narrativa difícil de se sustentar, mas foi com essa que a oposição insistiu pela CPI. Alguns aliados do governo também defenderam, num primeiro momento, a abertura da CPI. Entendiam que seria um dever do Legislativo auxiliar as investigações.

De primeira, o governo conseguiu segurar o Congresso. As articulações para as eleições das mesas diretoras da Câmara e do Senado esfriaram as movimentações para abertura da CPI. Mas, quando imagens do circuito interno do Palácio do Planalto passaram a circular na imprensa e nas redes sociais, no começo de março, o cenário mudou drasticamente. O general Gonçalves Dias, responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional, foi flagrado no interior do Palácio durante as invasões. Acuado, foi visto no elevador visitando os andares sem sair do equipamento. Essa era a brecha para a oposição se lançar num ataque maciço pela CPI. O governo dizia que não havia altas patentes da gestão no interior do Palácio no momento dos ataques. As imagens colocavam essa narrativa por terra. Num arranjo de articulação, a CPI virou CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), já que haveria representantes das duas casas. Resolveram juntar um pedido aberto no Senado e outro na Câmara.

Os trabalhos para a composição da CPMI foram iniciados e com eles a inflexão negativa do cenário para a oposição. Não conseguiu emplacar a relatoria da CPMI, que ficou a cargo da senadora Eliziane Gama, do PSD do Maranhão, aliada de primeira hora do presidente Lula e do ministro da Justiça, Flávio Dino. A presidência ficou a cargo do deputado federal Arthur Maia, do União Brasil, partido que, apesar de ter uma boa parte de parlamentares bolsonaristas, após muita negociação, embarcou na base aliada do governo ainda durante a transição. Além disso, a maioria dos parlamentares indicados e aprovados para tocarem os trabalhos eram da base governista. Ou seja, já de cara, a oposição era minoria e com menos força regimental do que a situação. Mas tinha muito ímpeto e a CPMI teve momentos tensos, de troca de farpas entre os parlamentares e pouco decoro por parte da oposição. Foram seis meses de um espetáculo que mostrou o nível da legislatura atual.

Vários nomes estiveram na bancada da CPMI. Do general Gonçalves Dias ao general Heleno, passando pelo hacker Walter Delgatti, que alegou ter sido levado pela deputada federal Carla Zambelli para encontros com o então presidente Jair Bolsonaro. O ex-presidente, inclusive, conseguiu se



esquivar de uma convocação. A oposição, no entanto, não conseguiu se impor e o que ela encarava como triunfo, virou um tormento. Isso, porque, muito do que ocorria no interior da extrema-direita, seus métodos de insuflar seus apoiadores, de financiar-se – práticas conhecidas apenas nos bastidores desse espectro político – vieram à tona. A oposição não tinha um claro entendimento de seu lugar nessa CPMI. Achou que era pedra quando, na verdade, foi vidraça. Acreditou nos seus próprios argumentos, nas suas próprias narrativas (lotadas de fake news), o que a levou a expor o seu modus operandi e suas entranhas compulsoriamente. O resultado foi um relatório aprovado por maioria governista, que pede o indiciamento de Jair Messias Bolsonaro por vários crimes, além do indiciamento de outras 60 pessoas, incluindo parlamentares da própria oposição. Para o governo, o residual é de que a sua articulação política conseguiu neutralizar uma trincheira que esteve aberta por 6 meses com um grande potencial de destruição.

O segundo semestre começa com uma reforma aprovada na Câmara, mas também com uma imensa batalha pela frente

Antes, neste artigo, foi salientada a importância de Artur Lira no Congresso e como ele conseguiu manter seu poder na transição entre os governos, se cacifando para a reeleição. Mas, ao longo do primeiro semestre, denúncias envolvendo seu nome na compra de kits de robótica para escolas públicas de Alagoas pareciam ter enfraquecido o presidente da Câmara. Ledo engano. O governo queria aprovar a Reforma Tributária, pauta de discussões intermináveis por longos 30 anos, na República brasileira. Seria a consagração política para a nova gestão à frente do Executivo, mostrando força e capacidade de articulação política para a sociedade e especificamente, para o mercado e para a oposição. O texto original da PEC (de 2019), foi alterado inúmeras vezes ao longo dos anos, mas, os trabalhos do primeiro semestre, envolvendo o Ministério da Fazenda e diversos setores da sociedade, surtiram efeito. Depois de muita discussão, o texto estava pronto e foi apresentado pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), de novo: com inúmeras alterações.

Ao mesmo tempo, era discutido o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). A Reforma Tributária dependia disso, na visão do governo, do mercado, da sociedade financeira organizada. O Novo Arcabouço foi votado e aprovado, nas duas Casas, em agosto. Não antes sem muitas críticas. A maior é que o NAF pode até ser melhor que o Teto de Gastos, baseado no documento “Ponte para o Futuro” - que norteou economicamente o governo Temer - e que foi aprovado naquele governo, congelando gastos públicos por 20 anos acima da inflação. Mas, o maior problema apontado para o NAF, é o crescimento dos gastos apenas acima de 2,5% acima da inflação e atrelado ao crescimento das receitas. Ou seja, para a esquerda, o NAF significa um Teto de Gastos remodelado. Para a direita, essas medidas não são suficientes para segurar o gasto já que áreas da saúde e educação, por exemplo, têm regras específicas, como estarem acima dos 2,5% de inflação se conseguirem estar atreladas às novas receitas, o que poderia gerar um aumento expressivo dos gastos, colocando todo o esforço por terra. A



nova “âncora fiscal” não agradou muito nem gregos, nem troianos. Ainda assim, o NAF foi aprovado e entrou em vigor no mês de agosto.

O caminho estava pavimentado para que a discussão da Reforma Tributária no Senado fosse mais tranquila. Não foi bem assim. A Câmara barganhou o que pôde ao longo do primeiro semestre e modificou muito o texto previsto pelo governo. O Senado também. Foram 247 emendas feitas pela casa alta do Congresso em relação ao que foi aprovado na Câmara.

O Brasil está pronto para liderar uma discussão global?

Toda a movimentação e articulação para que a Reforma Tributária fosse colocada de pé tinha como um de seus pilares fundamentais a atração de capital externo para financiar a Formação Bruta de Capital Fixo e mostrar para o mercado financeiro global, que temos um compromisso com as contas públicas, o que atrairá o capital especulativo também. Isso nos leva a falar sobre a postura do Brasil, nesse 2023, não só em relação às finanças, mas também ao acontece para fora de nossas fronteiras na esfera geopolítica.

O Brasil de 2016 a 2022 foi um país tido como párea nas discussões globais acerca de conflitos, diretrizes regimentais de organizações diplomáticas e formulação de políticas públicas integradas nas mais diversas áreas da diplomacia. O impeachment de Dilma Rousseff colocou por terra anos de uma construção imagética acerca da chancelaria brasileira, que tentava demonstrar ao mundo que não somos uma “República de Bananas”, termo pejorativo, mas que resume o que o centro do sistema capitalista pensa sobre economias em desenvolvimento/não desenvolvidas – seja lá o que esses dois últimos termos signifiquem. Nesses anos, esteve em xeque a capacidade do nosso país em manter uma normalidade jurídica para que contratos, acordos e tratados fossem celebrados. Isso refletiu e muito o estado da arte das relações políticas internas. Com o novo governo de Lula, uma série de mudanças foram feitas nos dois campos da política: interno e externo. Alguns bem aceitos pelo establishment global. Outros nem tanto.

A primeira grande mudança foi o discurso climático adotado pela diplomacia brasileira ainda na formulação de sua postura durante a transição. O Brasil é um país com imensa diversidade ambiental, onde grande parte da floresta amazônica da América do Sul está situada. Em 1992, o país recebeu a ECO92, um evento marco da causa ambientalista, o que cacifou o Estado brasileiro a ser uma autoridade no tema. A importância do meio ambiente para o governo foi tamanha, que Marina Silva, um dos símbolos políticos do ambientalismo compôs com a chapa Lula/Alckimin, se tornando posteriormente a Ministra de Estado do Meio Ambiente mais uma vez – Marina chefiou a pasta no primeiro governo Lula. Aos pés da Torre Eiffel, o presidente brasileiro fez um discurso para mais de 20 mil jovens franceses abordando a importância do tema e se colocando como um ferrenho defensor dessa causa. Ou seja, a pauta ambiental, enfraquecida nos tempos de Temer e Bolsonaro, não só voltou à tona, mas foi incorporada como bandeira diplomática.



Na esteira do ambientalismo, a chancelaria brasileira resgatou o viés humanitário de sua diplomacia. O governo se viu no centro de discussões importantes a respeito disso. Em janeiro, Olaf Scholz, chanceler alemão, visitou Lula levando consigo uma mensagem de apoio ao novo governo e um pedido de ajuda com armas por parte do Brasil para a Ucrânia. Levou um não bem justificado pelo presidente Lula, que disse não ser possível querer paz em um conflito enviando armas para um dos lados. A paz viria pelo diálogo. Olaf saiu de alguma forma contrariado. Mas o que abalaria as relações diplomáticas entre Brasil e países do norte global, no início do governo, foi errar o tom justamente no conflito entre Rússia e Ucrânia. Demorou para o Brasil condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia, sendo cobrado na figura do próprio presidente da República por não conseguir enxergar a agressão de guerra lançado pelo Estado russo. Naquele momento, Lula atribuiu também à Ucrânia a responsabilidade pelo início das hostilidades entre os dois países, afirmando que a “decisão da guerra foi tomada por dois países”. Não foi nada bem aceita essa posição, que tem por detrás a ideia de que Zelensky teria provocado a invasão russa ao iniciar o processo de adesão da Ucrânia à OTAN, algo inaceitável para Putin já que poria a organização militar ocidental às portas da Rússia, como dissemos no artigo de agosto. Essas ideias podem até nortear decisões diplomáticas, mas precisam ser mais bem trabalhadas no discurso para não serem mal-recebidas. A diplomacia brasileira logo ajustou o tom, reconheceu a invasão russa e segue defendendo o diálogo para o fim do conflito.

O maior desafio, no entanto, viria em outubro e novembro com o conflito Palestina-Israel. O primeiro esforço foi se lançar na rápida articulação de uma rede humanitária para a saída de brasileiros tanto de Israel quanto da Palestina. O Itamaraty agiu rápido e poucos dias depois do início das hostilidades, brasileiros chegavam ao Brasil em aviões da FAB. Outros países como a Argentina pediram a ajuda ao governo brasileiro para retirar seus cidadãos da zona de conflito. Posteriormente, em novembro, a diplomacia brasileira chefiou o Conselho de Segurança da ONU. Conseguiu articular uma resolução para o cessar-fogo elogiada por grande parte dos players globais. Um dos feitos foi neutralizar os votos de Rússia e Reino Unido para aprovar a resolução. No entanto, o veto dos Estados Unidos pôs por terra todo o trabalho, porém com inúmeras críticas à Secretaria de Estado daquele país.

Em dezembro, um revés e um avanço para o governo foram observados. A escalada da deterioração da situação socioeconômica na Argentina, deu a vitória nas eleições presidenciais para o candidato ultraliberal autointitulado “anarcocapitalista”, Javier Milei. O candidato foi eleito com um forte discurso privatista e de destruição das instituições do Estado para abrir espaço para o mercado na estrutura estatal. Isso na área econômica. Em outras áreas, seu discurso se assemelha ao da extrema-direita brasileira e global. A pauta dos costumes foi um dos pilares de sua campanha. É contrário ao aborto, à “ideologia de gênero” e afins. E, claro, atacou o presidente brasileiro durante toda a campanha, dizendo de forma enfática que jamais se encontraria com o seu homônimo no Brasil. Recebeu o principal desafeto de Lula, Jair Bolsonaro e seu filho, Eduardo Bolsonaro, durante a reta final da disputa.

Lula, por sua vez, recebeu no Palácio do Planalto, Sergio Massa, candidato peronista e opositor de Milei, numa visita, em agosto. A ordem era clara: Massa precisava ganhar as eleições. Isso porque



o Brasil tenta há mais de duas décadas, fechar um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. O acordo foi redigido quando Fernando Henrique Cardoso ainda era presidente. As conversas estavam avançando e, no mesmo agosto, em Paris, Lula foi enfático ao defender o acordo diante de Emmanuel Macron, presidente da França. Ocorre que, se Javier Milei vencesse, o acordo estaria em forte risco de não se concretizar já que o candidato ultraliberal, durante a campanha, foi um defensor da saída da Argentina do bloco econômico sul-americano, além de rebaixar as relações entre Brasil e Argentina. Milei foi até os Estados Unidos como primeira viagem oficial depois de eleito, quando tradicionalmente essa viagem sempre foi feita ao Brasil. Massa precisava também para barrar o renascimento eleitoral da extrema-direita nessa parte do mundo. Não deu.

Após a vitória, uma discussão interminável se deu em torno da ida de Lula à posse de Milei. Ainda na noite da vitória, o presidente eleito fez uma live onde Jair Bolsonaro apareceu. O ex-presidente brasileiro foi convidado pessoalmente pelo eleito na Argentina para a festa de sua posse, no que foi prontamente atendido. Mas, algo aconteceu. O pragmatismo na política muitas vezes se impõe. Com o passar dos dias depois da eleição, Javier Milei foi moderando o tom. Enviou a futura chanceler da Argentina, Diana Mondino, ao Brasil, para uma reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Diana levará consigo um convite para que o presidente brasileiro comparecesse à posse. A postura mudou também em relação à China. Na campanha, o país do oriente foi atacado pela propaganda e pelo próprio candidato, que se referia ao Estado chinês como uma ditadura comunista, bradando que também não teria relações de estado com a China. Após assumir a presidência, Milei já teve um encontro com representantes daquele país.

Voltando à posse. Lula não compareceu, no que se tornou um evento que celebrou a extrema-direita ao redor do mundo. Até Zelensky, que em 16 de dezembro viu a capital Kiev ser cercada por tropas russas, esteve presente na posse. Assim como Bolsonaro, que foi tratado como Chefe de Estado pela organização da festa, mas não pelos outros presidentes presentes, que recusaram a presença do ex-presidente brasileiro na foto oficial dos Chefes de Estado presentes. A relação entre Brasil e Argentina segue uma incógnita. Uma pista, porém, pode ser vista na declaração da chanceler argentina sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia. Salientou que é uma prioridade.

O avanço de dezembro na área diplomática, porém, fica a cargo do tour que o presidente Lula fez em países produtores de petróleo no Oriente Médio e, posteriormente, à Alemanha. Nos primeiros países, Lula cumpriu uma agenda energética protocolar. O Brasil é o sétimo maior produtor de petróleo do mundo e estreitar os laços com estes países significa fazer uma troca de expertise entre as diferentes tecnologias desenvolvidas entre esses países, além de ter alguma influência política nesse mercado. O Brasil também foi convidado para integrar a OPEP+, extensão liderada pela Rússia da Organização dos Países Produtores de Petróleo, e irá fazer parte da organização a partir de janeiro de 2024.

Na Alemanha, o giro diplomático focado no meio ambiente e na energia, se encerra com um olhar para o futuro. O mercado brasileiro de hidrogênio verde é um dos mais promissores do planeta e o país está se estabelecendo como um dos polos que sustentam esse mercado. A visita de Lula ao país alemão



também procurou aparar algumas arestas que ficaram pendentes desde a recusa brasileira em fornecer armas para a Ucrânia lá em janeiro. E assim foi feito. Foram 19 acordos e intenções assinados, a disponibilização de 103,5 milhões de euros por parte da Alemanha para projetos visando proteger o meio ambiente e a volta do comitê bilateral entre os dois países, estabelecido há décadas e descontinuado a partir de Temer. Aliás, um Chefe de Estado brasileiro não visitava a Alemanha desde 2015, quando Dilma Rousseff foi recebida pela então chanceler Angela Merkel. A visita foi celebrada pelos dois lados mostrando ao mundo que o Brasil está de volta para fazer política internacional sob os seus mais variados aspectos, mas mais do que isso. Lula, enfatizou mais uma vez e ao lado de Olaf Scholz, a necessidade de reestruturar as organizações multilaterais. Lula passou o ano falando no multilateralismo e se colocando como uma das vezes de liderança do Sul Global. Ao lado do líder alemão, ele mais uma vez usou esse discurso para mostrar a importância de termos nesses fóruns a diversidade que compõe a política internacional e a própria composição do globo. Ao fim do ano, parece que o saldo nesse setor político é mais positivo do que negativo.

O fim de 2023 e a incrível capacidade que esse ano teve de mostrar as reviravoltas que a vida dá

De volta ao Brasil, o presidente Lula emplacou dois outros triunfos. Para desespero da extrema-direita, Flavio Dino foi aprovado como novo ministro do STF e a Reforma Tributária foi aprovada mais uma vez na Câmara depois de uma conturbada tramitação no Senado. Texto foi promulgado no dia 20 de dezembro. Vamos por partes.

O Senado recebeu o texto da Reforma Tributária após aprovação na Câmara em agosto e logo iniciou os trabalhos de análise. O governo pretendia que a Reforma fosse promulgada ainda em 2023 e escalou um time de parlamentares para acompanhar de perto e acelerar os trâmites para que esse prazo fosse respeitado. O Senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi o relator escolhido por Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. A celeridade exigida pelo Planalto deu a Pacheco uma vantagem para tentar equilibrar os poderes no Congresso e barganhar junto ao governo interesses do próprio Senado. Claro que sem tanto poder quanto Lira tem na outra Casa. Isso porque, quando o teto chegou ao Senado, não só o governo queria celeridade da tramitação, mas outros setores da sociedade também. Em 26 de setembro, o jornal O Estado de São Paulo publicou um editorial criticando “a morosidade dos trabalhos da Reforma Tributária no Senado”. A sociedade entendeu que esse feito (aprovar uma reforma), além do efeito prático, teriam dois efeitos simbólicos: o país conseguiu fechar questão em algo mesmo com a polarização e; a elite estaria mostrando ao mercado internacional algum esforço para colocar a economia no caminho “certo”.

Um dos pontos cruciais da Reforma, o Conselho Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), e o Imposto Sobre Serviços (ISS), tinha tido problemas na sua formulação ainda na Câmara. Aliás, foi o debate sobre o Conselho Gestor do IBS que aproximou Fernando Haddad de Tarcísio de Freitas,



governador de São Paulo e um dos expoentes da extrema-direita para concorrer ao Palácio do Planalto no lugar de seu maior padrinho político, Jair Bolsonaro. Haddad e Tarcísio apareceram em coletiva bastante amigável na frente do Ministério da Fazenda, anunciando comprometimentos mútuos o que provocou a ira do ex-presidente. O Senado resolveu por retirar o caráter legislativo do Conselho que antes levava o nome de Conselho Federativo. A retirada do caráter legislativo ajuda a manter o pacto federativo.

Outro ponto foi a cesta básica nacional de alimentos isenta de tributos. Não havia um entendimento claro se haveria tal cesta, o que afetaria a segurança alimentar de grande parte da população já que sem a isenção de tributos, alimentos básicos poderiam sofrer impacto inflacionário com a incidência de imposto. Dentro do escopo da cesta básica ainda foi garantida a possibilidade de criação do “cashback”, que é a devolução de impostos para uma parcela da população mais vulnerável sobre produtos e serviços. Nos casos do gás de cozinha e da energia elétrica, o “cashback” é obrigatório.

E ainda um terceiro ponto foi a criação do que ficou conhecido como “imposto do pecado”. Esse tipo de imposto incidirá sobre bens e serviços que sejam prejudiciais ao meio-ambiente e à saúde da população. Estavam elencados produtos como bebidas alcoólicas, cigarro, armas e munições e afins. A proposta seguiu para o plenário. E foi votada. Com 53 votos à favor e muita chiadeira do bolsonarismo, foi aprovada no dia 8 de novembro. A aprovação foi festejada por diversos setores, inclusive àqueles mais ligados à extrema-direita como o agro. Mas alguns governadores, do sul e sudeste do país, reclamaram do texto aprovado. Medidas que prorrogam até 2032 incentivos fiscais para montadoras no norte, nordeste e centro-oeste do país foram mantidas, o que, na visão desses governadores, beneficiaram mais essas regiões, no geral, em detrimento das que eles pertencem. Ou seja, para eles, a guerra fiscal foi institucionalizada. Meses antes da votação da Reforma, os governadores das duas regiões mais ricas do país criaram um Consórcio chamado de “Sul-Sudeste” ou “Cosud”. O consórcio se resume à um conselho que reúne os governadores dessas regiões. A medida foi mal-recebida pelos governadores de outras regiões já que a proposta é fortalecer os projetos e interesses dos estados que pertencem ao Conselho. Ainda assim, a Reforma passou, foi enviada de volta à Câmara, e aprovada com um revés. No último minuto, deputados da bancada da bala conseguiram deixar de fora do “imposto do pecado” armas e munições.

A aprovação da Reforma Tributária abriu espaço para que Lula pudesse, enfim, indicar quem sucederia a Rosa Weber no STF. E essa foi uma decisão difícil. O governo precisava avaliar sua força no Senado para poder indicar um nome que seria aprovado, evitando um vexame que viria através de uma rejeição, única na história da República. Uma pressão maciça de setores progressistas, por outro lado, para que o presidente indicasse alguém que representasse as mulheres negras – o país nunca viu uma ministra com essas características ocupando o STF – acirrou um intenso debate sobre o caráter progressista para as indicações de Lula. Ele já havia recebido muitas críticas dessa ala política quando indicou Cristiano Zanin, seu advogado nos processos da Lava-Jato, para substituir Ricardo



Lewandowski. Apesar de ter defendido aguerridamente o presidente durante toda a jornada da Lava-Jato e travado embates belicosos contra o então juiz Sérgio Moro, ainda era muito obscura suas posições com relação à pautas mais progressistas como a legalização do aborto. E o novo ministro se mostrou mais conservador durante a peregrinação que teve que fazer nos gabinetes dos senadores, movimento característico e fundamental do processo de aprovação – aí é testada a capacidade de fazer política do indicado. Tanto se mostrou conservador que senadores da bancada evangélica como a senadora Damares Alves elogiaram seu nome e sua postura. A assessoria de Damares divulgou à época que ela achou o indicado “muito inteligente”. Enfim, foi aprovado com 58 votos, placar considerado folgado.

Lula enfrentava, portanto, um duplo difícil desafio. Agradar o setor progressista com um nome que conseguisse ser aprovado pelo plenário. A solução foi controversa, mas aceitável com uma pitada de jogada política. Flavio Dino, senador e Ministro da Justiça foi a escolha de Lula. Essa escolha matou três coelhos com uma cajadada só. Dino foi um dos mais combativos ministros do primeiro ano do governo com relação aos bolsonaristas. Protagonizou uma infindável gama de cenas virais em discussões com deputados extremistas nas vezes em que teve de comparecer à Comissões no Congresso. Isso despertou um certo ciúmes de setores do Partido dos Trabalhadores, que viram apelos para que Dino fosse candidato em 2026 crescerem. Ou seja, o nome do deputado agradava o progressismo. Para além disso, Dino foi o senador mais votado do Maranhão, teve passagens pela Câmara, portanto, é um articulador nato. Conhece as entranhas do legislativo nacional. Assim, a indicação de Dino resolveu o duplo desafio e, de quebra, retirou um potencial candidato progressista do caminho do petismo. A sua aprovação, no entanto, foi apertada.

O nome foi muito mal-recebido pelo bolsonarismo. Uma campanha nas redes sociais e algumas tentativas de levar o povo às ruas foram os artifícios utilizados pelos deputados da oposição para minar a candidatura de Dino, que o associaram ao comunismo imediatamente – algo que o próprio indicado não nega. A oposição também escalou uma tropa de choque que prometia incendiar a sabatina do candidato. E foi o que aconteceu. A sabatina durou pouco mais de 11 horas. Lula sabia da dificuldade de aprovação desse segundo nome para o STF e decidiu também indicar o novo nome para Procurador Geral da República, cargo vago desde a saída de Augusto Aras em setembro. A indicação conjunta tiraria o peso de uma indicação solitária tão controversa para o bolsonarismo como a de Dino. O escolhido para substituir Aras foi Paulo Gonet, que tem fácil circulação entre os deputados aliados do ex-presidente Bolsonaro.

Paulo Gonet mal respondeu perguntas. Sua aprovação era dada como certa. Diferente do caso de Dino. O Ministro da Justiça do terceiro mandato de Lula foi fortemente questionado. Para os bolsonaristas, Dino era uma indicação que se assemelhava ao que André Mendonça foi para os progressistas. Se para os progressistas Mendonça era o ministro “terrivelmente evangélico” de Bolsonaro para frear o avanço de pautas da esquerda no STF, para os bolsonaristas Dino era uma “aberração comunista” que iria instituir o paraíso esquerdista na Suprema Corte. A sabatina correu



exaustivamente, onde a tropa de choque da extrema-direita fez questão de relembrar o deboche e o sarcasmo com que o então Ministro da Justiça tratou os parlamentares da oposição durante seus embates nas Comissões. Mas todo o esforço foi em vão. Ainda que tenha mostrado força no plenário do Senado, os bolsonaristas não conseguiram impedir a aprovação do nome de Dino para o STF. O placar foi o segundo pior da história para uma indicação como essa. Foram apenas 49 votos a favor de Dino, ficando à frente apenas justamente de André Mendonça, aprovado com 48 votos. Mas essa aprovação não ocorreu sem antes um dilema para o governo.

Dias antes, Pacheco pautou a votação da PEC do Supremo, que limita os poderes dos magistrados, dentre eles, o da decisão monocrática. A pauta da PEC foi uma demonstração de força e de apreço de Pacheco para a ala conservadora, que tanto pede um cerceamento às funções dos ministros do Supremo. A pauta é tida como um retrocesso para os setores políticos progressistas e moderado. Pacheco pautou. Esperava-se que o governo não votasse a favor da PEC. De fato, a ala governista foi contra, mas o seu maior representante, Jacques Wagner, veterano petista, deu voto favorável à PEC. O voto caiu como uma bomba e foi visto pelos ministros do STF como um apoio do governo ao projeto. Lula correu para apagar o incêndio, se reuniu no dia seguinte com Alexandre de Moraes e Luís Barroso. Dois dias depois da aprovação da PEC, Lula indicaria Dino. O resto é história.

O que será de 2024?

A depender da opinião pública, em 2024 vamos conviver ainda com um ambiente político amplamente polarizado. Se Lula falhou em algo foi, justamente, não conseguir arrefecer a polarização. Pesquisa do Datafolha divulgada em 19 de dezembro aponta que 90% dos eleitores não se arrependem do seu voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Mesmo que tenha se lançado num esforço para unir o país, criando peças publicitárias pedindo a união entre os brasileiros, por outro lado, o presidente acaba estimulando, de alguma forma, a polarização política quando diz ter ficado muito feliz ao “colocar um ministro comunista no STF”. Ou quando diz que “não pode aceitar provocação nem ficar com medo. Quando o cachorro late para a gente, a gente não baixa a cabeça, a gente late para ele também”, se referindo às provocações de bolsonaristas para petistas. Essa fala ocorreu em um encontro do Partido dos Trabalhadores ocorrido em dezembro sobre as eleições municipais de 2024. E ela dá o tom do que esperar do partido nas campanhas municipais.

O mesmo ocorre do outro lado. Bolsonaro passou boa parte de 2023 calado e acuado. Vendo que as investigações sobre as diversas acusações de crimes de que é alvo pouco avançam, o ex-presidente voltou aos holofotes. Em dezembro, chegou a receber o título de cidadão paranaense na Assembleia Legislativa do Paraná com direito a discurso que atacou o pleito de 2022, mantendo a temperatura do discurso elevada. Bolsonaro tenta emplacar a esposa, Michelle Bolsonaro, para a possível vaga que se abrirá no Senado com a cassação de seu aliado, Sergio Moro. Para além desse evento, o ex-mandatário é tido por extremistas como um dos responsáveis pela eleição de Javier Milei,



na Argentina. Ou seja, quando se pensava que o bolsonarismo estava emparedado, ele encontrou uma forma de voltar ao jogo político.

A política no Brasil precisa encontrar um meio de aparar suas arestas. É fato que a polarização é um projeto de poder que encontra espaços em diversos países. Ano que vem é ano de eleição presidencial nos Estados Unidos e Biden já enfrenta enormes dificuldades diante do nome de Trump, que foi julgado como inelegível pelo estado do Colorado, ateando fogo na disputa presidencial. Esse pleito será fundamental para mostrar ao mundo o poder da extrema-direita sobre a maior democracia do planeta. Por aqui, nos resta entender como poderemos superar essa cisma que tem dividido a sociedade e provocado enormes fissuras nas relações interpessoais e sociais. Algo que foi focado no primeiro discurso do presidente Lula no Parlatório do Planalto, mas que pouco foi atendido.

Também é preciso olhar para a situação da segurança pública. A condição tem se deteriorado rapidamente em estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Ao longo do ano, também vimos o cenário se agravar no estado da Bahia. Muito foi feito nessa área ao longo do primeiro mandato de Lula a partir da atuação do Ministério da Justiça, que fez operações diversas para desarticular as formas de financiamento e de se armar do poder paralelo. O esforço, porém, deve ser conjunto. Inclusive porque a segurança pública é responsabilidade dos estados, que controlam as polícias militares e civis. As cenas dos frequentes arrastões em áreas da cidade do Rio; os casos praticamente diários de feminicídio – foram registrados só no primeiro semestre 722 casos – o avanço das milícias e do tráfico de drogas na estrutura dos estados; tudo isso precisa entrar urgentemente na pauta política do país. É muito difícil, hoje, não pensar o Brasil como um quase narcoestado, conceito que precisa ser revisto já que as milícias têm atuado cada vez mais também no tráfico de drogas.

Desta forma, 2023 para o bastão para 2024 com enormes desafios e a certeza de que o muito que foi feito no ano que se encerra é uma amostra da necessidade de esforço que precisa ser despendido pela sociedade para que o Brasil possa trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. E esse esforço vem do coletivo. Que em 2024 consigamos recuperar a nossa capacidade de organização e realização coletiva. A era do individualismo precisa ficar para trás

Raul Dias, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP;



Economia Solidária

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.

Cesta Básica de Novembro de 2023

Em Novembro o preço da cesta básica aumentou em 9 das 17 capitais onde o DIEESE realiza a pesquisa mensal. As principais altas foram verificadas em Brasília (3,06%), Goiânia (1,97%), Belo Horizonte (1,91%) e São Paulo (1,51%). Já com relação às 7 quedas de preços verificadas, a maior foi em Natal (-2,55%) seguida por Salvador (-2,17%) e Fortaleza (-1,39%).

Algo que chama atenção sobre o preço da cesta básica ao longo do ano de 2023 é o persistente recuo nos preços. Em todas as 17 capitais onde é realizada a pesquisa o preço da cesta apresenta recuo. Os maiores recuos no ano são em Campo Grande (-9,33%), Brasília (-8,40%), Belo Horizonte (-8,13%), Goiânia (-7,95%), Vitória (-7,32%) e São Paulo (-5,31%). A tabela abaixo traz os dados da última pesquisa:

TABELA 1

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Novembro de 2023

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	749,28	1,51	61,37	124h53m	-5,31	-4,27
Florianópolis	747,59	1,19	61,23	124h36m	-2,81	-3,68
Porto Alegre	739,18	0,00	60,54	123h12m	-3,45	-5,42
Rio de Janeiro	728,27	0,98	59,65	121h23m	-3,25	-2,80
Curitiba	683,44	1,25	55,97	113h55m	-2,18	-3,72
Vitória	675,45	0,04	55,32	112h35m	-7,32	-5,34
Campo Grande	674,79	-1,20	39 55,27	112h28m	-9,33	-8,63



Brasília	667,58	3,06	54,67	111h16m	-8,40	-6,27
Goiânia	648,59	1,97	53,12	108h06m	-7,95	-5,93
Fortaleza	639,91	-1,39	52,41	106h39m	-2,15	1,47
Belo Horizonte	639,68	1,91	52,39	106h37m	-8,13	-7,74
Belém	635,18	0,36	52,02	105h52m	-0,67	1,74
Natal	567,30	-2,55	46,46	94h33m	-2,92	0,06
Recife	551,04	-1,09	45,13	91h50m	-2,49	-0,05
Salvador	550,86	-2,17	45,12	91h49m	-3,48	0,03
João Pessoa	548,33	-1,18	44,91	91h23m	-2,40	-0,74
Aracaju	516,76	-1,00	42,32	86h08m	-0,82	0,94

Fonte: DIEESE

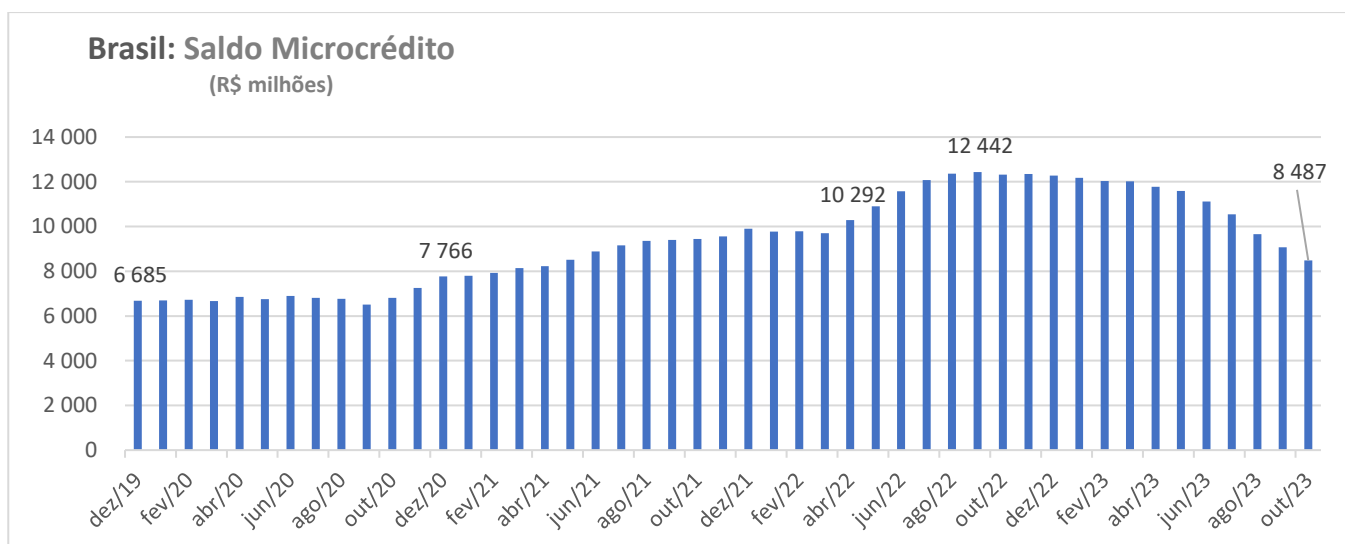
O tempo de trabalho necessário para que um trabalhador adquira uma cesta básica tendo vencimentos iguais a um salário mínimo vigente foi, em média, de 107 horas e 29 minutos em Novembro. Em São Paulo essa relação foi de 124 horas e 53 minutos já em Novembro de 2022 foi de 142 horas e 04 minutos. A quantidade de horas dispensadas para adquirir uma cesta básica na capital paulista é a menor para Novembro desde 2019, quando foi de 104 horas e 41 minutos.

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP

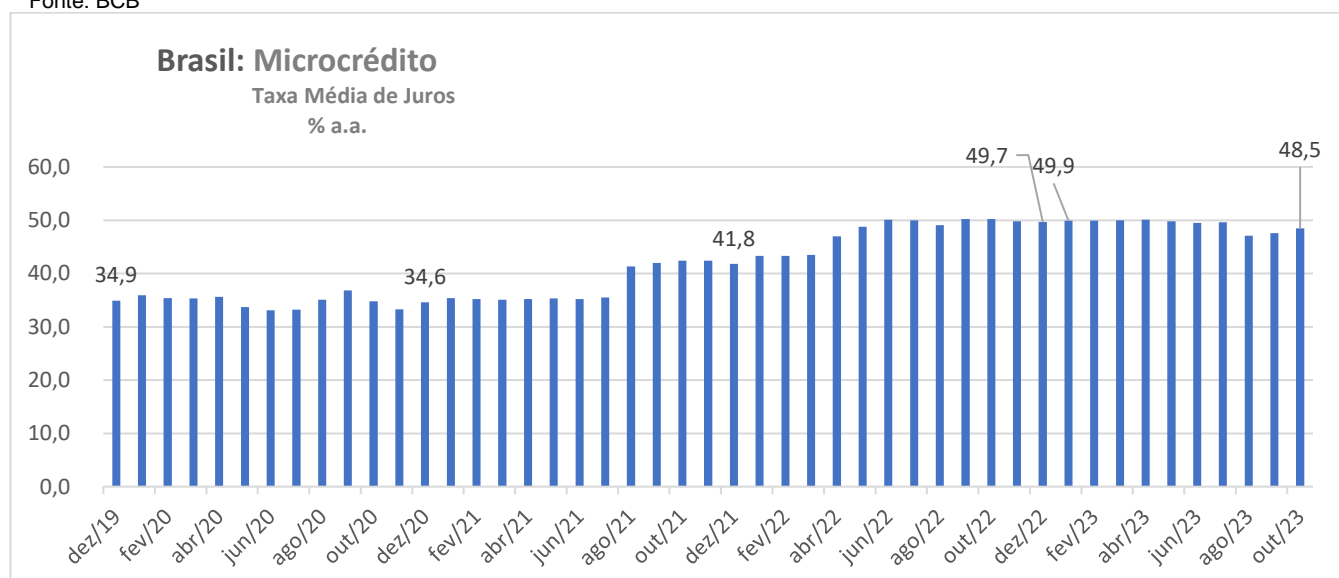


Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em outubro/23 ficou em R\$ 8.487 milhões, queda de -6,5% com relação ao mês anterior, no trimestre a queda é mais expressiva e ficou em -19,5% e nos últimos 12 meses está acumulado em -31,1%. Desde o mês de novembro/22 o saldo do microcrédito vem diminuindo todo o mês, chegando ao patamar do observado em maio de 2021. Quanto a taxa de juros cobrada, ocorreu uma elevação no mês atingindo 48,5% a.a..



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



Redação: Boletim DEPE, Ano VIII, n. 54.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;

Daniel Wilker, graduando em ciências econômicas pela PUC-SP;

Emerson Davi Pereira Braz, economista pela PUC-SP (Coordenador);

Gabriela Fioretti, graduanda em ciências econômicas pela PUC-SP;

Giovana Melhor Pedroso, economista pela PUC-SP e mestranda em Economia Política pela PUC-SP;

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Raul Dias, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)
Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)
Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP - Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 20/10/2023